

Economia em Debate

nº 246

(16/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

‘Pauta bomba’ no Congresso põe contas públicas sob risco

O Estado de S. Paulo - 16/04/2018

Com a regra que impede as despesas de subirem acima da inflação, os projetos de renúncia fiscal podem derrubar as receitas do governo, aumentando o buraco dos cofres federais. Há aproximadamente 60 projetos em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado que tratam da concessão de benefícios tributários ou perdão de dívidas. Uma compilação feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, com base em números

da Receita Federal, apontou impacto fiscal de R\$ 667 bilhões até 2020 – são R\$ 200 bilhões em 2018, R\$ 229 bilhões em 2019 e R\$ 238 bilhões em 2020. Isso representa mais do que as projeções de déficits fiscais do governo para o período, que somam R\$ 408 bilhões. Segundo dados do Orçamento para 2018, o governo deve abrir mão de R\$ 283 bilhões com renúncias fiscais. A maior parte dos incentivos se destina às atividades de comércio e serviços (29% do total). Na sequência estão trabalho (15%), saúde (14%), indústria (11%) e agricultura (9%).

Enquanto a equipe econômica continua projetando resultados negativos para as contas públicas nos próximos três anos, há uma “pautabomba” tramitando no Congresso que pode ter impacto de cerca R\$ 667 bilhões nos cofres públicos até 2020. Com a regra que impede as despesas de subirem acima da inflação, o maior problema para o buraco dos cofres federais reside nos projetos de renúncia fiscal, que podem derrubar as receitas do governo.

Dos 555 projetos que tramitam na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em torno de 60 propostas tratam da concessão de benefícios tributários ou perdão de dívidas. A pedido da comissão, a Receita Federal calculou o impacto fiscal de 33 delas e o resultado seria catastrófico para as contas públicas se os projetos fossem aprovados.

Uma compilação preliminar feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado apontou para um impacto fiscal de R\$ 200 bilhões em 2018, R\$ 229 bilhões em 2019 e R\$ 238 bilhões em 2020. Para efeito de comparação, isso representa mais do que as projeções de déficits fiscais do governo para os mesmos anos: R\$ 159 bilhões, R\$139 bilhões e R\$ 110 bilhões, respectivamente.

O presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) encomendou um estudo sobre o assunto à comissão, que deve ser apresentado no começo de maio. “Estou vendo até se antecipo a apresentação, porque o número é assombroso. O impacto só em 2018 equivale a 2,95% do PIB”, criticou o senador.

Dentre os projetos que tramitam na CAE, as principais desonerações propostas se referem a impostos que incidem sobre a produção de determinados setores da indústria ou dos serviços, como o Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI), as contribuições PIS e Cofins, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

“O que desperta preocupação não é o efeito individual de cada medida, mas sim o efeito agregado delas. E não se trata apenas do impacto fiscal, mas do aumento da complexidade do sistema tributário, que já é alta”, avalia o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Fernando Veloso, que participa da elaboração do estudo.

Segundo dados do Orçamento para este ano, o governo deve abrir mão de R\$ 283 bilhões com renúncias fiscais. A maior parte dos incentivos é voltada para atividades de comércio e serviços, que representam 29% do total. Na sequência aparecem trabalho (15%), saúde (14%), indústria (11%) e agricultura (9%). Estudo da IFI mostra que cinco modalidades de renúncia representam pouco mais de 60% do volume total. Entre as maiores estão o Simples, regime tributário para micro e pequenas empresas, e a Zona Franca de Manaus, além de isenções dadas a associações filantrópicas ou sem fins lucrativos.

Projetos. Entre as propostas está a do senador Alvaro Dias (Pode-PR), que sugere isenção de impostos para o investidoranjo, com o argumento de se estimular o empreendedorismo e a geração de emprego. “Isso traria resultado significativo em matéria de receita pública. Mas não tenho avaliação do que resultaria em matéria de redução de receita”, disse.

O senador Paulo Bauer também defende a redução de alíquota de IR incidente sobre

os ganhos líquidos auferidos em operações de compra e venda de ações feitas no mesmo dia. “No mundo inteiro essa alíquota é menor e há uma injustiça tributária nisso”, declarou.

Para o economista da Tendências Consultoria, Fabio Klein, essa miríade de regimes diferenciados para setores e produtos faz parte da cultura tributária brasileira e a torna não apenas complexa, como injusta, porque dificulta o monitoramento da eficiência do sistema de arrecadação de impostos. “Não é novidade esse tipo de projeto para isenção, mas é novidade que a CAE esteja olhando o impacto global dessas medidas, o que é salutar.”

‘Cartel vai muito além de sentar com concorrente e combinar preço’

O Estado de S. Paulo - 16/04/2018

Especialista em defesa concorrencial, a advogada Patrícia Agra Araújo, sócia da banca L.O. Baptista, vê o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) mais rigoroso na definição de “remédios” às empresas, como condicionantes à aprovação das operações, mas não vê mudança radical de postura nas recentes decisões do órgão antitruste. Do ano passado para cá, o Cade barrou importantes operações, entre elas, a compra da Estácio pela

Kroton e a venda da Liquigás, para o grupo Ultra. Neste último caso, Patrícia advogou para a concorrente, a holandesa Supergasbras, que entrou como terceira parte interessada no processo. A L.O. Baptista também assessorou acionistas da Piraquê, vendida ao grupo M. Dias Branco.

Nos últimos meses, o Cade barrou importantes negócios. Vê uma postura mais rigorosa do órgão antitruste?

Não vejo o Cade muito mais rigoroso. Há uma nova composição de pessoas, com diferentes formações. Alguns dos últimos casos julgados foram operações muito complexas. Acredito que o Cade esteja incluindo na conta dessas operações o custo de monitoramento da implementação das condições necessárias para a aprovação da operação. Em outras palavras, o custo para acompanhar e verificar que os remédios impostos em uma transação estão sendo cumpridos.

As recentes decisões do Cade devem inibir o movimento de consolidação no Brasil? Não. As empresas estão cada vez mais acostumadas (à decisão do Cade) e entendem que faz parte da transação esse risco. Além disso, há maior monitoramento em relação à compliance anticoncorrencial. Estratégias comerciais podem causar efeitos anticompetitivos e serem reprimidas e ajustadas pelo Cade. O exemplo mais recente foi o julgamento do caso das agências de viagens online e hotéis. Cartel não é simplesmente sentar com o concorrente e combinar preços. Vai muito além disso. E as empresas passam a perceber que há de ter cuidado e atenção com suas práticas.

Os investidores estrangeiros deverão intensificar o investimento no País? Temos visto investidores novos com a retomada da economia. Há um cenário de incerteza política (por conta das eleições). Os estrangeiros ficam preocupados com a imprevisibilidade e a insegurança jurídica. Ou seja, buscam previsibilidade e estabilidade de regras aplicáveis ao seu negócio.

Mansueto assume Tesouro Nacional

O Estado de S. Paulo - 16/04/2018

O economista Mansueto Almeida será o novo secretário do Tesouro Nacional. O anúncio será feito hoje pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

O economista Mansueto Almeida será o novo secretário do Tesouro Nacional. O anúncio será feito hoje pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Mansueto é o atual secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias do Ministério da Fazenda e já integrava o time negociador da privatização da Eletrobrás e do acordo da cessão onerosa da área do pré-sal com a Petrobrás – duas prioridades declaradas de Guardia para a sua gestão nos próximos oito meses de governo.

Mansueto vai substituir Ana Paula Vescovi, já anunciada como secretária executiva e braço direito de Guardia. O economista já tinha sido convidado por Guardia, mas resistia em oficializar sua decisão até ter certeza de que todos os

subsecretários do Tesouro ficariam no cargo e lhe dariam apoio no comando. A sondagem foi feita pela própria secretária Ana Paula.

À frente do Tesouro, terá de negociar com os governadores, que pressionam por recursos federais às vésperas de eleições. O dilema maior é que a legislação fiscal exige que os governadores deixem em caixa dinheiro suficiente para bancar os “restos a pagar” – despesas transferidas de um ano para outro – no fim do mandato.

A missão mais delicada do novo secretário do Tesouro será terminar de negociar o ingresso do Rio Grande do Sul no programa de recuperação fiscal aberto pelo governo federal para socorrer os Estados com gravíssima situação financeira. O governo gaúcho resiste a incluir a privatização do Bannrisul no rol de medidas que terão de ser feitas para o Estado ser aceito no programa.

Ao Estadão/Broadcast, Guardia deixou claro que o banco terá de ser privatizado. Ao ser questionado se já tinha dado o recado ao governo gaúcho, o novo ministro respondeu: “É claro. Isso está na lei. Eu sou um legalista. Se está na lei, é preciso cumprir a lei”.

No início da gestão de Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, Mansueto foi convidado para ser o secretário do Tesouro e não aceitou. Preferiu ficar com Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), depois transformada em Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias.

Conduziu a reformulação do FIES e participou da elaboração da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos ao BNDES. Foi o primeiro nome a integrar o chamado “dream team” de Meirelles e um defensor do ajuste fiscal gradual, sem o aumento de impostos para não comprometer a combalida economia do País.

Crítico. Fiscalista que ganhou projeção nacional com o “Blog do Mansueto”, foi um dos maiores críticos à política econômica da ex-presidente Dilma Rousseff de empréstimos ao BNDES e aumento dos subsídios para bombar investimentos das empresas e do crescimento econômico.

É o secretário do Ministério da Fazenda mais atuante nas redes sociais, onde faz defesa acirrada da reforma da Previdência e do teto de gasto, o limitador do crescimento das despesas à inflação. Mansueto é do Ceará, funcionário de carreira do IPEA e já teve ligação com o PSDB.

Assim como os demais integrantes da Fazenda, só permaneceu no cargo depois da saída de Meirelles com o compromisso de que a política econômica do ex-ministro fosse mantida.

Instabilidade e desemprego na cidade de São Paulo

O Estado de S. Paulo - 16/04/2018

A suspensão do 'direito de protocolo' está no topo da lista de preocupações dos empreendedores imobiliários da cidade de São Paulo, em virtude de ação proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo pedindo o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 162 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402/2016), que trata do assunto, e de liminar a essa Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), suspendendo os seus efeitos até o julgamento final.

Apesar de a ação do MP focar, no meu entender, exclusivamente as ZEPAM (Zonas Especiais de Proteção Ambiental), ao pedir julgamento do mérito da ação, os efeitos suspensivos propostos atingiram todos os projetos que fizeram uso legal do 'direito de protocolo'.

Dentre os seus inúmeros riscos, um dos mais perversos é o seu efeito cascata. Caso prevaleça a tese de suspensão do 'direito de protocolo', ela poderá alcançar outros municípios e todo o Estado. Sem contar a universalidade, pois a liminar atinge toda a indústria da construção (empreendimentos de interesse social, comerciais, hospitais, escolas, templos religiosos etc.).

Conforme publicado na edição do dia 10/4 do jornal O Estado de S.Paulo (Caderno Economia, p. B7), 88 projetos serão impactados diretamente pela liminar. Serão 19 mil imóveis novos a menos para venda na Capital, e mais de 20 mil desempregados somente nos canteiros de obras.

Os quase 40 mil corretores de imóveis que atuam na cidade de São Paulo poderão ficar sem produtos para comercializar e os reflexos negativos na macroeconomia ainda são incalculáveis. E não só os profissionais serão prejudicados, mas as suas famílias!

Para evitar o risco de serem submetidos a processos administrativos, capazes de prejudicar as carreiras de técnicos e servidores públicos da Prefeitura de São Paulo, bem como de funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, estão paralisadas as análises e aprovações de projetos imobiliários.

Note-se que esta liminar do TJSP pode inibir a recuperação do setor imobiliário, iniciada no final de 2017, e causar gravíssimos efeitos sociais. Tecnicamente, o desembargador relator do processo pode revogá-la ou minimizar seus efeitos.

Assim, todas as entidades do segmento imobiliário aguardam que, com mais subsídios, prevaleça o bom senso peculiar aos desembargadores de São Paulo e, se a liminar não for suspensa, que fique clara a limitação de seu efeito suspensivo.

Lair Krähenbühl, engenheiro e corretor de imóveis, Professor Titular de Loteamentos da UNISciesp e vice-presidente de Estudos Legislativos do Secovi-SP (Sindicato da Habitação).

Temer e Maia discutem Eletrobrás e reoneração da folha O Estado de S. Paulo - 16/04/2018

O presidente Michel Temer se reuniu ontem com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para tratar de dois projetos: o que viabiliza a privatização da estatal Eletrobrás e o que reonera a folha de pagamento para alguns setores da economia. As propostas são tidas como prioritárias para o governo.

A reunião de ontem ocorreu no Palácio do Jaburu. Apesar de a pauta ser econômica, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, não participou do encontro de ontem.

Os dois projetos tramitam na Câmara e enfrentam forte resistência não só de parlamentares da oposição como de deputados da própria base aliada, que se recusam a votar matérias impopulares em ano eleitoral.

Tido como prioridade número 1 pela equipe econômica, o projeto de privatização da Eletrobrás sequer foi aprovado na comissão especial da Câmara até agora, apesar de estar em análise há algum tempo. A ideia de Maia era votar a matéria no colegiado até o dia 15 de abril.

A avaliação do presidente da Câmara é de que ficou ainda mais difícil aprovar a proposta após a nomeação de Moreira Franco como ministro de Minas e Energia. Maia pediu que o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) assumira as articulações em torno do projeto.

Articulação ruim. “A base não consegue colocar quórum com a boa articulação que o ex-ministro Fernando (Filho) tem aqui na Câmara. Com o novo ministro, que tem articulação muito ruim aqui na Câmara, fiquei preocupado e pedi ao Marun que articulasse melhor isso”, disse Rodrigo Maia na última terça-feira.

“Se já estava difícil, com um articulador pior, as chances de não avançar são muito grandes. Como sou a favor do projeto, alertei à base e ao ministro”, acrescentou o presidente da Câmara, em entrevista ao Estadão/Broadcast, também na quarta-feira.

O projeto da reoneração também é prioridade do governo Temer, segundo Marun. Ele afirmou que o objetivo do governo é aprovar a matéria no Congresso Nacional em até 60 dias. O governo queria restringir o benefício a apenas três setores. O substitutivo relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) contempla 16 ou 17 setores diferentes.

Nova regra do cheque especial pode criar superendividados, dizem analistas

O Estado de S. Paulo - 16/04/2018

Na semana passada, os bancos anunciaram mudanças no cheque especial, uma das linhas mais caras do mercado financeiro. A partir de 1.º de julho, as instituições entrarão em contato com os clientes que usarem mais de 15% do limite da conta por 30 dias consecutivos. Elas oferecerão um financiamento pessoal mais barato como alternativa. Ninguém será obrigado a aceitar a proposta e também não haverá penalidade para quem permanecer no vermelho.

Em entrevista durante o anúncio do programa, o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal, disse que a medida era um avanço para o setor. “O uso mais adequado vai reduzir inadimplência do cheque e a menor inadimplência vai permitir a redução do juro”, defendeu. Já para especialistas, planejadores financeiros e representantes de associações de direito do consumidor, as mudanças devem ter pouco impacto na vida das pessoas. Pior, alguns temem que a alteração empurre o consumidor para uma situação de superendividamento, que é o nome que se dá para quem tem acima de 50% da renda comprometida com débitos e, não raramente, acaba assumindo mais de uma linha de financiamento, dando início a uma espécie de ‘ciranda do calote’.

“O receio é que o cliente que entrou no cheque especial adquira um financiamento pessoal e, no mês seguinte, ele retorne para o cheque especial. Em 30 dias ele transformou uma dívida em duas e depois pode virar três ou quatro”, afirma a economista Paula Sauer, especialista pela Planejar, entidade que certifica planejadores financeiros.

Em fevereiro, a taxa média de juros cobrada pelos bancos era de 324,1% ao ano. Uma dívida de R\$ 1 mil sobe para R\$ 4.240 depois de um ano no cheque especial. No crédito pessoal, essa dívida, depois de um ano, seria de R\$ 1.330.

Dívida longa. Mauricio Godoi, especialista em crédito e professor da Saint Paul, observa que a nova regra dos bancos tende a alongar o tempo de dívida dos clientes. “A inadimplência do cheque especial deve reduzir imediatamente, mas o grau de endividamento das famílias deve ficar o mesmo. (Com essa medida) a gente está pegando a inadimplência de curtíssimo prazo e pulverizando em outras de prazo maior”, afirma.

Esse movimento, pontua Godoi, pode ser benéfico para o devedor, reduzindo o comprometimento mensal do orçamento. Mas, na prática, especialistas dizem que a conta não é assim tão simples. “O cheque especial não pode ser visto separadamente. Quando se entra no cheque especial, outras obrigações já ficaram pelo caminho”, conta o diretor de crédito e recuperação para pessoas físicas do Santander, Cassio Schmitt.

De R\$ 4 mil para R\$ 41 mil. O roteiro é conhecido do engenheiro mecânico Wagner Loro. No final de 2016, ele consumiu o

limite de R\$ 4 mil de seu cheque especial e, 180 dias depois, já devendo também no cartão de crédito, contratou um financiamento pessoal. Mas, 30 dias depois, Loro já estava novamente no cheque especial. “Usei o limite da conta para pagar a primeira prestação do financiamento”, conta ele que, um ano depois, devia R\$ 41 mil.

Wagner Loro conseguiu sair dessa bola de neve quando procurou o Procon-SP para ajudar a negociar sua situação. Antes, ele já havia tentado sozinho e as soluções do banco não se encaixam em orçamento. “Ou eu pagava ou eu vivia. Com ajuda, eles reduziram o saldo para R\$ 31 mil e acertaram uma taxa de juros de 1% ao mês”, afirma.

Segundo a economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Ione Amorim, a dificuldade de negociação relatada pelo engenheiro mecânico é frequente. “Historicamente, é difícil negociar com os bancos”, diz. Ione conta de uma pesquisa divulgada há um ano, em que o Idec entrevistou 1.815 devedores. Desses, 53,6% disseram que já tentaram renegociar uma dívida e, deles, 39,2% obtiveram sucesso. “A maioria conta que a instituição financeira não avaliou a capacidade de pagamento do cliente”, diz.

As instituições financeiras, por sua vez, afirmam que vêm investindo em ações para personalizar os produtos de crédito. Cassio Shimidt, do Santander, diz que o plano é investir em canais tecnológico. “Nós atendemos alguns milhões de contas, o Itaú outros milhões e o Bradesco também. É completamente inviável que um gerente converse com todos os seus clientes pessoalmente”, conta. Assim como a Caixa, o Santander diz que não deve lançar um produto específico para a normatização do cheque especial.

O Banco do Brasil e o Bradesco afirmam que irão criar uma linha nova para substituir o cheque especial a partir de 1.º de julho. Procurado, o Itaú ainda não divulgou qual será a estratégia que vai adotar.

“Andar de táxi é bom, mas andar de táxi de São Paulo até Manaus seria horrível. Da mesma forma que o cheque especial é um bom produto para você usar alguns dias, mas não pode ser usado por dois meses.” Cassio Shimidt.

Arrecadação dobrou em relação à previsão original da Fazenda

Valor Econômico - 16/04/2018

Contrária ao programa de parcelamento de dívidas (Refis), a equipe econômica do governo fez forte pressão - ou "terrorismo", nas palavras dos parlamentares - para evitar que o Congresso Nacional flexibilizasse as regras da medida provisória (MP), que chegou até a perder a validade por um impasse entre o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles e deputados. No fim, contudo, as

mudanças permitiram uma arrecadação muito superior à esperada pelo governo Temer.

A primeira versão do Refis, publicada em janeiro após o presidente Michel Temer encomendar à equipe econômica um programa do tipo, não estabelecia nenhum desconto nas multas e juros e tinha prazo máximo de 120 meses para pagamento. O principal benefício era abater créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, o que beneficiava poucas empresas. O projeto era tão restrito que o Executivo nem mesmo divulgou prognóstico de arrecadação e disse que não haveria renúncia fiscal.

Os deputados pressionaram o governo, primeiro em meio a discussões para aprovar a reforma da Previdência e, depois, para salvar o emedebista das denúncias criminais apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Meirelles cedeu e editou um Refis com descontos de 90% nos juros, 50% nas multas e 25% nos encargos, se pago a vista, além de entrada maior para dívidas de até R\$ 15 milhões.

A previsão de receita era de R\$ 13,3 bilhões em 2017 e R\$ 950,6 milhões em 2018. Ao longo das discussões, contudo, deputados e senadores pressionaram o governo para ampliar os incentivos, mas Meirelles e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, diziam que qualquer mudança derrubaria a arrecadação - chegaram a falar que os benefícios ampliariam as renúncias a tal ponto que a receita seria de apenas R\$ 400 milhões.

O Congresso ignorou os apelos da equipe econômica e, numa quebra de acordo, ampliou os benefícios. O desconto nas multas chegou a 70% e nos encargos, a 100%. A arrecadação, ao contrário do que apregoava a equipe econômica, foi o dobro: R\$ 26,5 bilhões em 2017. Em janeiro e fevereiro de 2018, já acumula R\$ 8,9 bilhões, quase dez vezes o que a equipe econômica dizia que entraria no ano inteiro.

"Foram as mudanças que salvaram o governo no fim do ano, com a redução do déficit fiscal, e é o que tem elevado a arrecadação este ano, porque quem parcelou tem que ficar adimplente", afirma o relator do Refis, deputado Newton Cardoso Júnior (MDB-MG). Procurado, o Ministério da Fazenda não respondeu.

Gasto com saúde cresce mais nos municípios do que nos Estados e União

Valor Econômico - 16/04/2018

A perda de emprego e a desistência dos planos de saúde contribuíram para a demanda pelos serviços do sistema público de saúde em Guarulhos, município da Grande São Paulo. A dependência do Sistema Único de Saúde (SUS) subiu de 65% da população em 2014 para 70% atualmente, segundo dados da prefeitura.

Para atender à demanda, a estratégia da Prefeitura de Guarulhos foi dar prioridade ao atendimento de urgência e emergência. Houve expansão de

capacidade em um dos três hospitais municipais e foram iniciadas as atividades, em 2017, de duas Unidades de Pronto Atendimento (Upas) pelo município, segundo o prefeito de Guarulhos, Gustavo Henric Costa (PSB). Uma delas foi inaugurada em junho e outra em dezembro do ano passado.

As duas unidades já estavam prontas antes, mas não foram colocadas em funcionamento justamente pelo alto custo de manutenção, explica Guti, como é conhecido o prefeito. As duas atendem perto de 15 mil pessoas ao mês e consomem R\$ 5 milhões mensais em despesas de custeio. O volume de consultas de emergência e urgência na rede municipal de Guarulhos subiu de 1,23 milhão, em 2016, para 1,38 milhão no ano passado.

A maior demanda pelo SUS pressionou as despesas com saúde em Guarulhos, que cresceram de 28,1% para 32,3% da receita própria nos últimos quatro anos.

O município de Guarulhos não é um caso isolado. A rede do SUS para atendimento de urgência no Brasil se expandiu de 8.806 estabelecimentos em março de 2013 para 10.252 em março deste ano, segundo dados do Ministério da Saúde. Os dados do governo mostram ainda que o período de recessão elevou a aplicação de recursos na saúde, principalmente pelos municípios.

A aplicação de recursos da União na área somou R\$ 115 bilhões em 2017, 0,7 ponto percentual acima dos 15% de receita corrente líquida, o mínimo estabelecido para o governo federal na saúde. Os Estados destinaram R\$ 65,6 bilhões para a saúde, o equivalente, em média, a 13,4% da receita própria e 1,4 ponto percentual acima do mínimo constitucional de 12%.

Os municípios aplicaram no ano passado valor maior que os Estados, tanto em termos absolutos como relativos. As prefeituras destinaram R\$ 81,75 bilhões à saúde no ano passado, o equivalente a 24,22% da receita própria, 9,22 pontos percentuais acima do mínimo de 15%.

Os números mostram, segundo analistas, que a recessão acelerou a tendência de municipalização dos serviços de saúde. Em 2013, os Estados aplicaram em saúde 12,99% da receita própria, 0,99 ponto percentual acima do mínimo constitucional. O avanço nos últimos cinco anos foi de 0,41 ponto percentual da receita.

Os municípios, que já aplicavam há cinco anos 22,1% da receita para a área, bem acima do mínimo de 15%, avançaram ainda mais. A fatia da receita gasta na saúde pelas prefeituras subiu 2,12 pontos percentuais. Em 2013, os municípios destinavam à saúde 20% a mais que o total dos Estados. No ano passado, essa diferença avançou para 25%.

Os dados são do Ministério da Saúde, sempre nominais, e levam em consideração a receita própria e o conceito de ações e serviços públicos de saúde utilizado para verificar o cumprimento dos mínimos legais e constitucionais no caso dos Estados. Para a União, é considerado o conceito de receita corrente líquida, conforme a Emenda Constitucional 95/2016. Por

essa emenda o gasto mínimo do governo federal em 2017 foi de 15% da receita. Para 2018, o mínimo é o piso do ano passado corrigido pelo IPCA de 3%.

Para a União, consideram-se os recursos aplicados diretamente e os que são transferidos a Estados e municípios via SUS. Nos governos regionais, os valores contemplam somente os gastos com recursos próprios. Sol Garson, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explica que, nesse caso, são considerados recursos próprios não somente a arrecadação de tributos como também transferências obrigatórias.

No caso dos governos estaduais, inclui, entre outros, recolhimento de ICMS e o repasse do governo federal ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). Para as prefeituras, contempla receitas como arrecadação de ISS, repasse da União via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e transferências obrigatórias dos Estados, como ICMS e IPVA.

"Os números mostram a tendência de municipalização da saúde, o que faz sentido porque é o governo mais próximo da população e mais sensível à pressão social por aumento desses serviços, ainda mais em tempos de recessão e desemprego recorde", diz José Roberto Afonso, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) e professor do Instituto de Direito Público (IDP).

A economista Sol Garson, ex-secretária de Finanças do município do Rio de Janeiro, também aponta a mesma tendência. A demanda por serviços de saúde junto aos governos regionais, e principalmente às prefeituras, é cada vez maior não somente em grandes municípios, com maior população, mas também nas pequenas cidades, onde as receitas são mais apertadas.

"Por isso os gastos com saúde ultrapassam facilmente o mínimo obrigatório e chegam perto dos 25% da receita. Nos municípios menores, as receitas dão somente para os gastos com educação e saúde", afirma Sol.

A tendência de maior gasto das prefeituras, diz Afonso, é um fenômeno anterior à crise econômica, que vem da municipalização da gestão do SUS, da maior atenção primária à saúde. "O pior é que, muitas vezes, alguns hospitais gerais, custeados por uma prefeitura, acabam atendendo a toda uma região, quando não o Estado, o que significa que os cidadãos de uma cidade estão financiando os outros."

Para Afonso, é urgente discutir essa situação. Antes era irrelevante, porque as prefeituras gastavam pouco e dependiam muito das transferências da União. Hoje, gastam tanto, sobretudo as de médio e grande porte, além de capitais, que o gasto efetivo supera em muitas vezes a vinculação legal.

Para Afonso, um crescimento em menor ritmo dos gastos dos Estados em saúde reflete a receita de impostos, que caiu fortemente na recessão, enquanto a demanda pela saúde pública não caiu. Ao contrário, até subiu para atender

às pessoas desempregadas, que perderam seus planos de saúde e migraram dos serviços privados para o atendimento público.

"Fora isso, a crise federativa é muito maior no caso dos Estados, com alguns falidos. Na verdade, não faz sentido ter uma vinculação pró-cíclica num gasto público que deve e se comportar de forma anticíclica."

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, acredita que a expansão de gastos nos municípios se acelerou também como resultado da implantação do programa Estratégia Saúde da Família, que reestruturou o serviço de atenção básica, com a formação de equipes responsáveis por grupos de pessoas em determinados territórios.

"Isso elevou os gastos das prefeituras rapidamente, porque é um programa relativamente fácil de implantar, mas que demanda despesa com pessoal necessário para atendimento", diz o secretário.

Pressão sobre sistema público deve prosseguir, mesmo com a retomada Valor Econômico - 16/04/2018

A retomada da economia não deve aliviar de imediato a demanda por serviços de saúde no setor público, nem reduzir rapidamente o nível de recursos aplicados na área, segundo representantes de governos regionais.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, acredita que a expansão de gastos com saúde nos governos regionais tende a continuar, mesmo com a recuperação esperada para a economia a partir deste ano. "Vai demorar para que a população que abandonou ou perdeu o plano de saúde tenha condições de voltar a ele." Nas contas de Santoro, em Alagoas o gasto com saúde deve alcançar os 15% da receita própria em três anos. O mínimo estabelecido para os Estados é de 12% da receita própria. Em 2013, o Estado aplicou na área 12,11% da receita própria, fatia que aumentou para 12,34% no ano passado.

Segundo o secretário estão sendo construídos em Alagoas quatro hospitais regionais, um hospital na capital e duas maternidades. Neste ano, diz ele, somente uma maternidade iniciará funcionamento. "Temos uma população muito grande e uma demanda reprimida nessa área. Na hora em que começarmos o atendimento, haverá muita procura pelos serviços." Para Santoro, também contribui para a demanda maior por saúde a mudança demográfica, com o envelhecimento da população em todo o país.

Além da demora para que as pessoas consigam recuperar empregos ou renda suficiente para arcar com um plano de saúde, o prefeito de Guarulhos, Gustavo Henric Costa, o Guti, explica que a procura pelos serviços públicos deve continuar alta porque há demanda reprimida. Dados da prefeitura mostram que há em Guarulhos total de 1.800 leitos hospitalares, considerando não somente os da rede pública estadual e municipal, como também os particulares. O

déficit, diz, é de 800 leitos para alcançar os quatro leitos por mil habitantes recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O prefeito calcula que em 2018 o gasto com saúde deve ficar próximo de 31% da receita própria, mesmo nível do ano passado. No ano que vem, avalia, é possível que a fatia caia para 29%. Ele explica, porém, que a previsão leva em consideração também um desempenho melhor das receitas com a recuperação da economia. Segundo Guti, a ideia é reforçar mais a atenção básica à população. Atualmente há 69 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Guarulhos, que devem passar a expandir atendimento com o aumento de equipes.

País está preparado para turbulência, diz Guardia

Valor Econômico - 16/04/2018

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reconheceu, em entrevista ao Valor, que a situação envolvendo a ação militar na Síria feita por Estados Unidos, Reino Unido e França representa um risco para a economia brasileira. Mas ele salientou que o Brasil está em condições de enfrentar uma turbulência nos mercados decorrente de uma piora na incerteza internacional.

"Historicamente, na medida em que a percepção de risco aumenta, capitais se movem para comprar títulos públicos americanos e economias de países emergentes podem ser afetadas", explicou. "Mas o Brasil está preparado neste momento. A economia retomou o crescimento, a inflação está bem baixa e temos taxa de câmbio flexível. Importante também frisar que nosso elevado nível de reservas internacionais faz com que uma eventual saída de capital não cause nenhum tipo de problema de solvência em dólares", afirmou, destacando a boa saúde do setor bancário brasileiro, demonstrada na última recessão.

Na entrevista, Guardia destacou que o leilão do excedente de petróleo da área da cessão onerosa não será viável sem um entendimento prévio entre a União e a Petrobras em relação aos valores pagos pela empresa ao governo em 2010, quando ela recebeu o direito de explorar cinco bilhões de barris.

"A minha visão é mais pragmática, de business mesmo", disse, reforçando que esse assunto é uma de suas maiores prioridades, junto com a privatização da Eletrobras. "Acho que não é viável, pois ninguém vai querer colocar dinheiro em um negócio desse, com conflito com a Petrobras", afirmou.

O ministro informou que uma decisão sobre a revisão da cessão onerosa sairá até o dia 17 de maio. Guardia não quis dizer se, na avaliação do governo, a Petrobras é credora na cessão onerosa e nem quanto é o valor em discussão. Ele explicou também que o atual governo não vai gastar o dinheiro que será arrecadado com o leilão do excedente da cessão onerosa. E comentou que é preciso cumprir o teto de gastos da União, fixado para este ano.

"Nós estamos dois a três bilhões abaixo do limite de despesa permitido", informou. "Então, não podemos gastar esse dinheiro [que será obtido no leilão].

Isso vai para o resultado primário, que ficará bem melhor neste ano", disse Guardia.

O ministro explicou que o dinheiro levantado com o leilão, que poderá ser muito significativo, ficará no caixa do Tesouro e poderá ser usado, no próximo ano, para ajudar o novo governo a cumprir a chamada "regra de ouro" das contas públicas, cujo déficit estimado para o ano que vem é de R\$ 254,3 bilhões. "O dinheiro do excedente da cessão onerosa é necessariamente para o próximo governo", disse.

Outro ponto ressaltado por ele é a tentativa de atacar o problema do ICMS. Guardia defendeu a padronização de alíquotas de alguns produtos entre os Estados, de obrigações acessórias e regras de crédito tributário. Ele não demonstrou otimismo sobre mexer também na alíquota interestadual do tributo.

"Nós vamos falar de alíquota interestadual? Vamos. Essa é a discussão difícil. Agora, vamos tentar botar regras de simplificação de obrigações acessórias, de tentar ter alguma uniformidade de alíquotas entre os diversos estados da federação", disse Guardia. "Eu quero propor. Se acharem que a discussão não tem espaço, tudo bem."

Guardia rejeitou a crítica de que o movimento poderia levar a mais uma centralização de poder, gerando perda para os governos estaduais. "Não é poder para a União. O que a gente está querendo dizer é o seguinte: faz a gestão do ICMS dentro de alguns outros limites. A gente não pode esquecer que tem o setor privado na outra ponta pagando esse imposto com custo absolutamente inaceitável", disse. "Tem que começar colocar o dedo na ferida."

No pacote tributário, Guardia também reforçou o interesse de encaminhar o projeto de lei que mudará a tributação do PIS/Cofins, em preparação no governo, permitirá que os setores de serviço que hoje estão no regime cumulativo do tributo, permaneçam nele. Mesmo assim, Guardia informou que a transformação do PIS/Cofins em um imposto sobre valor adicionado (IVA) atingirá a maior parte da economia do país. "Achamos que 85% da economia estará no novo sistema", afirmou. Os setores que pagam pelo regime não cumulativo terão, segundo Guardia, "uma brutal simplificação".

O ministro salientou que a mudança será neutra do ponto de vista da carga tributária, mas reconheceu que o impacto será diferenciado entre os setores. "Essa é a dificuldade da discussão", acrescentou, lembrando ainda que a mudança levará a um aumento da alíquota nominal. "Não dá para fazer mágica."

Guardia minimizou a queda recente nas projeções de mercado para o crescimento da economia brasileira. E reconheceu que é "óbvio" que o país precisa crescer mais do que está projetado por governo e mercado, mas salientou que, para isso, é preciso fazer reformas. "Se a gente não avançar nas reformas, nem 2,8% vamos crescer. Nosso PIB potencial é 2,3%, 2,4%", disse.

Em um 'cenário de estresse', projeto da LDO estima expansão de apenas 1,7% em 2019

Valor Econômico - 16/04/2018

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019 prevê em seus anexos que o PIB brasileiro crescerá 1,7% em um cenário de estresse. O cenário-base do documento que vai subsidiar a elaboração do Orçamento do ano que vem prevê expansão de 3% para o PIB brasileiro em 2019. No caso de maior turbulência considerado pela equipe econômica, o PIB nominal seria de R\$ 7,353 trilhões e não de R\$ 7,549 trilhões, como projetado no cenário de referência.

O projeto, que terá que ser examinado e votado pelo Congresso até o recesso em julho, calcula que, caso o cenário de estresse se materialize, haveria uma perda da ordem de R\$ 27 bilhões nas receitas totais e a meta de déficit primário seria descumprida, já que o saldo negativo do governo central pularia de R\$ 139 bilhões para R\$ 160 bilhões.

"Do ponto de vista da despesa, as estimativas resultantes do cenário de estresse implicam redução de R\$ 4,7 bilhões em 2019. Da conjugação de receitas e despesas estressadas, obtém-se o déficit primário do governo central de R\$ 160,878 bilhões, valor 15,7% superior à meta original", afirma o texto.

As contas feitas pela equipe econômica apontam também que nesse cenário mais complicado a dívida bruta do governo geral chegaria a 79,6% do PIB e não 77,7% do PIB como previsto no cenário visto como mais provável. No caso da dívida líquida do setor público, o indicador chegaria a 60,2% do PIB (ante 58,9% do PIB na projeção básica).

O documento do PLDO aponta que a dívida pública federal está cada vez mais sensível a variações na taxa de juros. No caso, cada variação de 1% no indicador, que em 2017 implicava 0,17% de aumento no estoque da dívida, em 2019 chegará a 0,20%. No cenário de estresse, a sensibilidade mostrada é a maior da série com início em 2004.

"Tal resultado está alinhado às alterações de composição observadas desde 2015 e constantes ainda nas metas do PAF 2018 e projeções para 2019, que permitem o aumento para a participação de dívida com taxas de juros flutuantes na DPF [dívida pública federal] no curto prazo, em um cenário macroeconômico que ainda guarda incertezas quanto ao ritmo de retomada da atividade econômica", diz o texto. "Do ponto de vista do risco de mercado, o aspecto mais relevante decorrente de choques nas variáveis macroeconômicas atualmente é o risco de taxa de juros".

"Do ponto de vista do risco de mercado, o aspecto mais relevante decorrente de choques nas variáveis macroeconômicas atualmente é o risco de taxa de juros que, apesar de estar maior em relação aos anos anteriores, encontra-se em patamar bem mais confortável do que no início do período observado [2004]".

O documento calcula ainda que, em um cenário de estresse de juros e câmbio, o estoque da dívida pública federal subiria 3,3% em 2019, acima dos 3,1% previstos para este ano e 2,9% estimados para 2017.

Para analistas, IBC-Br mostrará alta de 0,13% em fevereiro

Valor Econômico - 16/04/2018

Com um pequeno crescimento na indústria e no setor de serviços e queda no varejo, a atividade econômica brasileira deve ter registrado um aumento de apenas 0,13% em fevereiro, segundo a média das estimativas de consultorias e instituições financeiras para o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br).

O indicador, que aponta a tendência para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, será divulgado hoje. O intervalo das projeções vai de queda de 0,40% a alta de 0,50%. Na comparação com fevereiro do ano passado, a média das projeções mostra um aumento de 1,06%.

Segundo dados já divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro houve um ligeiro avanço na produção industrial (0,2%) e na receita real do setor de serviços (0,1%). Em contrapartida, houve queda das vendas no comércio varejista, tanto no conceito restrito (-0,2%) quanto no ampliado (-0,1%).

Em janeiro, dado que será revisado pelo Banco Central, o IBC-Br recuou 0,56% ante o mês de dezembro, feito o ajuste sazonal, e subiu 2,97% sobre o mesmo período em 2017.

Os indicadores econômicos dos dois primeiros meses deste ano vieram mais fracos que o esperado, fazendo com que algumas instituições reduzissem as estimativas para o primeiro trimestre. Algumas projeções para o ano, no entanto, têm sido mantidas pelos analistas.

Em nota, o banco BNP Paribas afirma que, "apesar dos resultados contidos de janeiro e fevereiro, ainda acreditamos que a economia deve crescer 3% neste ano". O banco estima uma alta de 0,3% no IBC-Br de fevereiro, ante janeiro, e crescimento de 1,1% sobre o mesmo período do ano passado. O consumo, afirma o BNP Paribas, deve puxar a atividade ao longo do ano, beneficiado pela queda do desemprego e da redução do endividamento das famílias.

Essa tem sido uma avaliação comum entre economistas. A MCM Consultores diz que o enfraquecimento de diversos indicadores de atividade no primeiro trimestre é passageiro e não aponta para mudança substantiva na tendência de crescimento da economia em 2018. A consultoria manteve sua projeção de 3% para o crescimento do PIB, embora diga que "entrou areia" na engrenagem do crescimento.

A expansão mais forte e disseminada da atividade econômica em 2018 parece "contratada" por causa da queda dos juros, perspectiva de aumento do consumo das famílias e a melhora no mercado de trabalho, diz a consultoria.

O Itaú Unibanco reduziu a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto de 1% para 0,5% no primeiro trimestre ante o quarto trimestre de 2017, diante dos indicadores de atividade mais fracos em janeiro e fevereiro. Mas a projeção de 3% para o ano foi mantida.

"Essa avaliação vem da evolução recente dos níveis de índices de confiança e da difusão dos principais indicadores mensais, que, por sua vez, refletem fundamentos mais favoráveis para o crescimento da economia, como maior expansão global, menor alavancagem das empresas e política monetária expansionista. Além disso, os indicadores associados à demanda doméstica seguem acelerando", escreve o economista-chefe da instituição, Mario Mesquita, em relatório. Ele ressaltou, porém, que o balanço de riscos para as projeções está voltado para baixo, por causa da eleição presidencial.

O Bradesco reduziu a estimativa para o PIB do primeiro trimestre de 0,5% para 0,3% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, e também cortou a projeção para 2018, de R\$ 2,8% para 2,5%. O banco ressaltou que a indústria segue em trajetória ascendente, mas comércio, serviços e empregos perderam dinamismo.

O Santander, por sua vez, revisou para cima as projeções para taxa de desemprego em 2018 e 2019 e agora espera melhora mais lenta do mercado de trabalho. A estimativa para a taxa de desemprego média de 2018 subiu de 11,7% para 12%. Para 2019, a taxa média passou de 10,2% a 10,9%. Já a projeção para a taxa de desemprego ao fim do ano, ajustada sazonalmente, passou de 10,8% para 11,4% em 2018 e de 9% para 10% em 2019.

"Os dados da atividade econômica divulgados até o momento trouxeram um viés de baixa para nossa estimativa de PIB para 2018 [atualmente em 3,2%]", escrevem os economistas Luciano Sobral e Rodolfo Margato em relatório.

"Os mais recentes dados do mercado de trabalho, que apontam para um aumento da taxa de participação e criação de empregos em ritmo mais lento, nos levam a revisar para cima nossas estimativas de taxa de desemprego para 2018 e 2019", afirmam os economistas.

Refis reduz dívidas dos parlamentares

Valor Econômico - 16/04/2018

As mudanças feitas por deputados e senadores no programa de refinanciamento de dívidas (Refis) com a União, a contragosto da equipe econômica do governo, renderam descontos generosos aos próprios parlamentares que aprovaram as medidas provisórias. Em alguns casos, ao utilizarem as regras criadas por eles próprios, os congressistas chegaram a pagar apenas 5% do valor que o governo cobrava.

Dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável pelas cobranças da Dívida Ativa, obtidos pelo Valor pela Lei de Acesso à Informação, mostra que 79 deputados e senadores aderiram ao parcelamento. Inscreveram débitos em nome próprio, de empresas que são sócios ou dívidas pelas quais são corresponsáveis (cobrados se o devedor principal ficar inadimplente). Apenas seis deles participaram do programa antes das mudanças e, portanto, não se beneficiaram dos descontos.

Os 73 congressistas que aproveitaram as mudanças deviam pelo menos R\$ 217 milhões à União. Mas, com os abatimentos incluídos no Refis por eles mesmos, pagarão apenas metade: R\$ 108 milhões. Dois optaram pela versão sem descontos, mas com parcelas ajustadas ao faturamento da empresa, em até 120 vezes, o que o governo também era contra por facilitar fraudes e não garantir a quitação.

O valor pode ser ainda maior porque o Refis permitia também parcelar dívidas com a Receita Federal, que ficam sob sigilo.

A equipe econômica do governo, com o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles (MDB) e a Receita à frente, tentou barrar a flexibilização da medida provisória (MP), dizendo que a concessão de benefícios estimularia os maus pagadores e aumentaria a inadimplência futura. A primeira versão da MP sequer previa desconto nas multas e juros - autorizava apenas abater o montante com créditos fiscais e parcelar em até 120 vezes, desde que se pagasse entrada de 20%.

Enfraquecido pelas denúncias de corrupção e em busca de apoio para aprovar a reforma da Previdência, o presidente Michel Temer determinou que a Fazenda cedesse. A versão final, após muita pressão do Congresso, permitiu descontos de até 90% dos juros e 70% das multas, além de isenção dos encargos, para o pagamento à vista. As dívidas inferiores a R\$ 15 milhões tiveram benefício duplo: entrada reduzida, de 5%, e possibilidade de acumular descontos nos encargos e créditos para abater o valor total.

Foi essa regra utilizada pelo relator do Refis, deputado Newton Cardoso Júnior (MDB-MG), para pagar apenas 8% do que a PGFN cobrava das empresas de sua família - duas dívidas da Companhia Siderúrgica Pitangui, da qual é presidente, e uma da Rio Rancho Agropecuária, onde aparece como diretor. Duas foram pagas à vista, com uso de créditos tributários, e outra dividida em 34 vezes. Dos R\$ 12,4 milhões cobrados, ele pagará R\$ 972 mil.

Cardoso afirma que o Refis era um pedido de todos os empresários do país, atingidos pela crise, e que as mudanças proporcionaram arrecadação muito maior que a esperada pelo governo. "É impossível alguém pensar que a Câmara fosse tratar de um negócio desse tamanho para resolver problemas particulares", disse.

O emedebista declarou ainda que não mistura questões pessoais com a atividade parlamentar e que não participa da administração das empresas.

Questionou ainda a PGFN considerar um "desconto" o abatimento de créditos - que a equipe econômica não queria permitir para o que já estava na Dívida Ativa, mas acabou vencida pelo Congresso. "Prejuízo fiscal é moeda. Se eu não usar no Refis, uso na escrita fiscal", afirmou.

O Psol tentou aprovar emenda para proibir que parlamentares e parentes se beneficiassem do Refis. Com amplo apoio da base aliada de Temer, a proposta foi derrotada por 205 a 164. Líder da sigla na Câmara, o deputado Ivan Valente (SP) diz que isso foi a "farra do boi". "É mais do que legislar em causa própria. É zombar da sociedade", acusou. Ele criticou ainda os que se aproveitam desse tipo de medida, mas votam para tirar direitos dos trabalhadores, como nas reformas da Previdência e trabalhistas.

Outros dois políticos mineiros lideram a lista dos maiores descontos nominais entre os congressistas. O senador Zezé Perrella (MDB) reduziu em R\$ 38 milhões (83% do que era cobrado) as dívidas de um grupo de frigoríficos que a Receita acusa de sonegação fiscal e que pertenceriam ao parlamentar. Ele negou participação nas empresas.

Relator da segunda denúncia contra Temer, que ele recomendou ser arquivada, o deputado Bonifácio de Andrada (DEM-MG) quitou em três parcelas dívida de R\$ 30 milhões da União das Faculdades Integradas de Tocantins (Unifat), da qual é sócio. Com os descontos, pagou R\$ 12,2 milhões, 40% do que devia. Ele não respondeu ao Valor.

O maior desconto, percentualmente, pertence ao deputado João Gualberto (PSDB), pré-candidato ao governo da Bahia. A procuradoria cobrava R\$ 5,2 milhões da Galileo Indústria e Comércio, de propriedade do tucano. Com o uso de créditos de prejuízo fiscal e demais abatimentos, ele pagará R\$ 259 mil - um desconto de 95% do que devia. O parlamentar, que participou inclusive da comissão que debateu a MP, também não comentou.

Outro deputado da comissão, responsável por emendas que flexibilizaram o Refis, Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) aproveitou o programa para parcelar, em até 150 vezes, impostos atrasados de três empresas suas. Com o parcelamento, economizará R\$ 403 mil e pagará R\$ 710 mil.

O pedetista disse que atua pautado pela busca de soluções para os problemas das pessoas e empresas e que tentou ajudar aquelas atingidas pela elevada carga tributária e pela crise econômica. "O fato de eu fazer parte de empresas que passam por situação semelhante, longe de ser conflitante, é mais um motivo para pensar como a maioria dos que lutam para se manter dentro das leis", afirmou. Ele defendeu que o Refis não é para sonegadores, mas para aqueles não teriam dinheiro para pagar, e que, mesmo sendo empresário, votou contra a reforma trabalhista.

Outro que participou da comissão é o deputado Alfredo Kaefer (PP-PR). Ele reconhece que acabou beneficiado pelo programa, mas reclama que o Refis excluiu as grandes empresas, ao exigir entrada de 20% da dívida consolidada (sem os descontos) para débitos acima de R\$ 15 milhões. "Não houve

favorecimento. O que eu consegui parcelar foi um valor ínfimo. As grandes empresas que acabaram endividadas por causa da crise não tiveram como aderir, ano que vem será necessário outro Refis", diz.

Kaefer, que já ostentou o título de deputado mais rico, viu seu grupo empresarial, liderado pelo frigorífico Diplomata, entrar em recuperação judicial e passar parte dos últimos anos nas mãos de um interventor. O deputado parcelou cinco dívidas que somam R\$ 2,4 milhões e que, com o Refis, caíram para R\$ 701 mil - redução de 71%. Mas o total devido em impostos chegaria a R\$ 800 milhões.

O deputado Ricardo Barros (PP-PR) argumentou que estava licenciado como ministro da Saúde na época que a Câmara aprovou as mudanças no Refis. "Eu não estava aqui, não fui eu que votei, mas de qualquer forma as leis valem para todos. Todo brasileiro tem direito", defendeu. Ele obteve desconto de R\$ 788,9 mil numa dívida que era de R\$ 1,1 milhão.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) também disse que estava licenciado na época, para atuar como ministro do Meio Ambiente, e não votou as propostas. Ele se beneficiou com o parcelamento de cinco dívidas de suas empresas, que eram cobradas em R\$ 7,8 milhões e deverão pagar R\$ 921 mil, abatimento de 88%.

O deputado Jaime Martins Filho (PSD-MG), beneficiado com a redução de uma dívida de R\$ 949 mil para R\$ 243 mil pela qual era corresponsável, disse que é contrário a "todo e qualquer favorecimento de um agente público em benefício próprio". Ele destacou que votou a favor da emenda do Psol para proibir a adesão de políticos e afirmou que desconhece a dívida, que estava no nome de sua mãe, Maria de Lourdes Martins, que faleceu em 27/01/2018.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que a dívida, de R\$ 19,7 milhões, se refere a uma mudança de interpretação da Receita sobre investimentos em duas de suas empresas. Em uma, o recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) deu ganho de causa por unanimidade, mas na outra acabou empatado e ele discutia judicialmente. Como o processo era longo e estava immobilizando seus bens, além de exigir gastos altos com advogados, ele decidiu desistir da disputa e entrar no Refis, com o qual obteve desconto de 50% no valor.

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), disse que foi sócio da JJE Agenciamento de Seguros e de Serviços – que segundo o parlamentar, fechou há cerca de 10 anos-, mas afirmou não ter conhecimento sobre a adesão da empresa ao programa de refinanciamento. Segundo a PGFN, a dívida da companhia teria passado de R\$ 149.532,44 para R\$ 56.803,29 com o Refis, um desconto de 62%.

O ex-deputado Edinho Bez (MDB-SC) afirmou que a dívida parcelada é de um posto que está arrendado há 15 anos e que não está mais sob sua administração. A PGFN cobrava R\$ 415 mil e receberá R\$ 196 mil. Ele não

estava no mandato na época da aprovação – está como suplente, sem participar das atividades legislativas desde 2016.

O deputado Cacá Leão (PP-BA), por sua vez, afirmou que é sócio da São Felipe Patrimonial Ltda, que é uma empresa patrimonial que incorporou nove empresas, entre elas, a Mobiterra Incorporação e Engenharia. Ao aderir ao Refis, a companhia conseguiu um desconto de 74% de seus débitos, que passaram de R\$ 87.676,34 para 23.168,02. “Sou sócio da patrimonial que gere essa empresa. Por isso, não consto no quadro societário da patrimonial. Ainda assim, não tem nada de ilegal no fato de a empresa ter aderido ao programa de refinanciamento”, afirmou Leão.

O senador Cidinho Santos (PR-MT) afirmou, por meio da assessoria, que está afastado da gestão das empresas desde que assumiu o mandato e “portanto, não tem conhecimento sobre a gestão financeira delas para se pronunciar sobre qualquer negociação de dívida”. O parlamentar parcelou três dívidas em nome de empresas e uma como pessoa física. Dos R\$ 4,5 milhões cobrados, ele deverá pagar R\$ 3,2 milhões com a adesão ao Refis.

De olho em efeito na concorrência, BC discute se veta ou aprova XP-Itaú

Valor Econômico - 16/04/2018

Há indicações, colhidas pelo Valor, de que o Banco Central discute se deve ou não aprovar o investimento do Itaú na XP Investimentos ou ao menos aplicar restrições, levando em conta efeitos concorrenciais. A existência de tais discussões revela uma abordagem diferente da usual da autoridade para analisar uma transação entre duas instituições financeiras. No passado, sempre que uma aquisição foi submetida ao BC, não havia grandes dúvidas sobre sua aprovação e quase sempre o foco esteve na preservação da saúde do sistema e não na competição.

Este será o primeiro caso que o BC avalia desde que assinou um memorando de entendimentos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no fim de fevereiro, encerrando duas décadas de disputas sobre a quem compete decidir sobre a concentração no sistema financeiro. A autoridade monetária passou a dividir a atribuição com o Cade, que em março aprovou a transação por cinco votos a dois, mediante a assinatura de um acordo que impôs remédios comportamentais. Na eventualidade de o BC reprovar a operação, haveria uma situação no mínimo curiosa - cabe recurso ou pedido de "reconsideração" à própria diretoria.

O BC tem até julho para tomar sua decisão, mas existe a expectativa de que o veredito saia antes. A decisão é colegiada, ou seja, cada diretor dá seu voto e o presidente Ilan Goldfajn tem o voto de qualidade, em caso de empate. O assunto ainda está na diretoria de Organização, responsável por analisar o caso e fazer um parecer, mas informalmente o tema tem sido conversado entre os demais diretores.

O pano de fundo da decisão é novo. A Selic está na mínima histórica, a 6,5% ao ano, o que evidenciou o tamanho do spread bancário. Ao mesmo tempo, o tema da concentração bancária passou a ser debatido como nunca na sociedade e foi incorporado, inclusive, ao discurso do presidente do BC.

No passado, as decisões do Banco Central sobre consolidação quase sempre foram pautadas pela preservação da saúde financeira do sistema. Mas hoje não se identificam riscos. Nos casos das compras do HSBC pelo Bradesco e do Citi pelo Itaú, os mais recentes, tratava-se de duas instituições financeiras que não conseguiam atingir escala no varejo para serem rentáveis.

Mas essa não é a situação da XP, que montou um negócio que se tornou lucrativo e com potencial de atingir mais escala no segmento em que atua. Para alguns especialistas em concorrência, a plataforma da corretora, até hoje focada em investimentos, poderia mesmo servir de base para a venda de outros produtos financeiros, como crédito, ensejando ainda mais competição com os bancos.

Um ponto central da argumentação de XP e Itaú, que foi usado no Cade e amparou a decisão do órgão, é que neste ponto o investimento é minoritário e, portanto, não há por que se discutir uma concentração. Apenas a partir de 2024 é que o Itaú pode tornar-se controlador, a depender do exercício de opções. O caso terá que voltar ao Cade se isso acontecer.

Mas, para alguns observadores, o fato de o Itaú ter dois assentos no conselho da XP, indicar o principal executivo financeiro (CFO) e o conselho fiscal demonstra que a posição não é totalmente passiva. O Cade avaliou que o acordo de acionistas e o Acordo em Controle de Concentrações (ACC) assinado com as duas instituições assegura que o Itaú não terá ingerência sobre decisões estratégicas da XP. Resta saber se o BC terá a mesma avaliação.

Para alguns observadores do caso, se prevalecer a opinião dos que pensam que a operação deve ser vetada, o BC poderá fazer eco aos dois votos contrários no Cade, dos conselheiros Cristiane Alkmin e João Paulo Resende. A conselheira defendeu que não se tratava apenas de se assegurar que a XP seguiria uma plataforma aberta. Para ela, é inegável que o Itaú terá grande poder sobre o negócio (direito a mais de 20 vetos, inclusive sobre a remuneração do CEO e do CFO) e que, portanto, a aprovação da transação significa um freio num movimento que favorece a concorrência. Em seu voto, ela expressou preocupação com o fato de a aprovação abrir a porta para grandes bancos consolidarem empresas inovadoras que ameacem seu negócio.

No fim de março, o sócio da Gávea e ex-presidente do BC, Arminio Fraga, disse ao Valor que considerava um erro a aprovação do negócio pelo Cade. "Até então, acreditava-se impossível a construção orgânica de uma rede de agências, sem a qual a entrada no mercado parecia inviável. A XP desafiou essa crença, a partir de uma plataforma remota, estilo século XXI. Seria um erro eliminar a maior ameaça concorrencial que surgiu em muito tempo", disse

então. A Gávea é um dos investidores da Stone, credenciadora de cartões independente e que pretende fazer uma oferta inicial de ações neste ano.

Na última sexta-feira, representantes da XP, incluindo o controlador Guilherme Benchimol, reuniram-se com o diretor de Organização do BC, Sidnei Corrêa Marques, em Brasília. O encontro constava da agenda da autoridade.

Procurado, o Itaú não comentou. Benchimol disse que não poderia comentar o andamento do caso. "A nossa operação de venda minoritária para o Itaú foi feita com visão de longo prazo, de forma que pudéssemos focar cada vez mais naquilo que nos trouxe até aqui", disse. "Não estamos vendendo a XP e em nenhum momento o Itaú terá qualquer ingerência sobre as decisões da nossa empresa. Tenho 42 anos de idade e apenas aos meus 57, caso o Itaú queira é que podemos falar do tema concentração. Vamos competir por pelo menos 15 anos contra o Itaú e todos os demais bancos do sistema financeiro nacional", completou.

Mais mudança nas tarifas de cartões

Valor Econômico - 16/04/2018

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, afirmou que vai continuar reavaliando o teto estabelecido para a tarifa de intercâmbio no cartão de débito. "Vamos continuar avaliando se esse teto está correto, se tem que reduzir mais", disse. A partir de 1º de outubro os percentuais da tarifa de intercâmbio dos cartões de débito será limitado a 0,50%. Com a medida, a expectativa é que a redução seja repassada pelo credenciador ao estabelecimento comercial e ao consumidor. "Vamos avaliar também se precisamos colocar um teto no outro tipo de instrumento, o cartão de crédito". Quando o BC anunciou a mudança no cartão de débito, o diretor de política monetária, Reinaldo Le Grazie, já havia dito que a autoridade estudaria a oportunidade e conveniência de estabelecer um limite para tarifa de intercâmbio também no cartão de crédito. Ilan disse ainda que o BC vê espaço para estimular mais a economia com um corte adicional na taxa básica. "Temos espaço para um estímulo adicional à economia, reduzindo os juros", disse. Ilan confirmou novamente a sinalização para uma redução extra na taxa Selic na reunião do próximo mês do Comitê de Política Monetária (Copom). O presidente do BC reforçou a mensagem de que a economia mantém um crescimento consistente e a inflação caminha para a meta. Ilan disse que nos últimos dois anos, o Brasil conseguiu três importantes mudanças macroeconômicas: inflação baixa, juros na mínima histórica.

Desempregados buscam vagas há mais de um ano

O Globo - 16/04/2018

Mais da metade (54%) dos brasileiros que procuravam emprego em dezembro de 2016, último ano da recessão, continuava desocupada ao fim de 2017, quando o país voltou a crescer. Segundo estudo exclusivo da consultoria IDados, a maioria que conseguiu uma vaga foi absorvida pela informalidade. E um terço dos desempregados desistiu de procurar uma oportunidade. Para especialistas, o quadro aponta para lenta recuperação das contratações e

alerta para o risco do desemprego de longo prazo, que dificulta a recolocação e pode afastar definitivamente os profissionais do mercado de trabalho.

A economia voltou a crescer em 2017, mas, para a maioria dos brasileiros que perderam o emprego há mais de um ano, a crise ainda não passou. Segundo levantamento da consultoria IDados, apenas 46% dos trabalhadores que estavam em busca de uma vaga no fim de 2016 haviam conseguido ocupação no último trimestre do ano passado. Desses, mais da metade foram para postos informais: sem carteira ou por conta própria. Já entre a maioria de 54% que não conseguiu emprego, pouco mais de um terço parou de procurar — parte por desalento. Para especialistas, os dados mostram que o país ainda demorará para diminuir a fila de quase 13 milhões de pessoas sem trabalho, 12,6% segundo a taxa de fevereiro.

Os dados compilados pela consultoria são baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do IBGE. Algumas informações do estudo foram antecipadas pela coluna de Ancelmo Gois, no GLOBO. Os pesquisadores compararam as amostras do fim de 2016 e do fim de 2017. Assim, foi possível verificar como se comportou a variação percentual de cada grupo de trabalhadores acompanhado pelo IBGE. O levantamento não calcula números absolutos porque as amostras não são exatamente as mesmas — cada domicílio é entrevistado cinco vezes ao longo de três meses.

Na avaliação da pesquisadora Thaís Barcellos, responsável pelo levantamento do IDados, uma consequência desse quadro é que parte dessas pessoas podem não voltar ao mercado no futuro:

— Evidências científicas indicam que permanecer muito tempo fora do mercado de trabalho pode dificultar a recolocação. Acrescentando a isso o fato de muitos serem trabalhadores jovens, que já têm dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, com baixa escolaridade e que estão deixando de acumular experiência, pode ser um resultado preocupante a longo prazo.

Jovens têm mais dificuldades

Esse é o receio de Leandro Pereira da Silva, de 33 anos. Ele foi demitido há exatamente um ano de seu primeiro emprego, após 12 anos de trabalho. Atuava na área logística, com distribuição de livros. Desde então, só conseguiu dois temporários. Ficar fora do mercado é uma preocupação a mais para quem já vive com o dinheiro contado, que vem do aluguel de quitinetes em Inhaúma, Zona Norte do Rio, construídos com a indenização. Rendem R\$ 1.500, mas o valor é dividido com a mãe, que mora no terreno. Como tem um problema de saúde, gasta R\$ 400 por mês só com plano.

— Ficar afastado do ambiente de trabalho atrapalha tudo. Nunca tinha passado por processo seletivo como os de hoje em dia. Os dois que fiz para vagas temporárias foram experiências muito novas — diz Leandro, que pagou R\$ 300 para anunciar o currículo na internet.

Segundo a pesquisa, dos desempregados que não conseguiram recolocação em 12 meses, 35% estavam na faixa de 18 a 24 anos, seja porque permaneceram tentando uma vaga sem sucesso ou por terem desistido de procurar.

Kevin Azevedo, de 22 anos, está nesse segundo grupo. Em 2016, chegou a trabalhar como jovem aprendiz em uma fabricante de gases industriais. Mas, depois do término do programa, se deparou com as dificuldades da recessão para conseguir um emprego definitivo. Durante o ano passado, distribuiu currículos, mas sem sucesso. Agora mudou de planos: investiu em uma faculdade de Administração para melhorar suas chances no futuro.

— Desde fevereiro de 2017 que procuro uma vaga. Sempre pediam nível superior. Cheguei a ter algumas respostas, mas o nível técnico não era suficiente. Por isso, iniciei a graduação no início deste ano, para ver se tenho mais chances — conta o jovem, que mora com os pais em Bangu, Zona Oeste do Rio. — Chegamos ao mercado justamente em momento de crise, em que as vagas são escassas. Quando as vagas reaparecerem, talvez a gente não sirva mais para o mercado.

Para especialista, falta qualificação

O problema é que o mercado de trabalho anda mesmo com pouco fôlego, dizem analistas. Na avaliação do economista Claudio Dedecca, da Unicamp, é a lentidão em reintegrar quem perdeu o emprego na crise que mais preocupa, embora ele pondere que o acesso ao primeiro emprego também esteja influenciando os números.

— Na década de 1970 e 1980, em que a população economicamente ativa chegava a crescer 4%, acontecia de postos serem ocupados por quem estava chegando ao mercado na recuperação de uma crise, em vez de ocorrer a reabsorção dos desempregados. Hoje o contexto é diferente. O crescimento da população economicamente ativa é baixo. Se não estamos reabsorvendo mão de obra, significa que a geração de emprego tem sido muito limitada — afirma.

Para o pesquisador, são necessárias políticas públicas de qualificação para garantir que quem perdeu o emprego não saia de vez do mercado:

— Se é um problema de reabsorção, temos que tratar de requalificação de mão de obra. E nesse exato momento os mecanismos de qualificação estão zerados. As políticas que o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) deveria fazer neste momento para favorecer uma reabsorção mais rápida da força de trabalho não estão ocorrendo, considerando a crise fiscal.

Já o especialista em trabalho João Saboia, professor do Instituto de Economia da UFRJ, chama a atenção para a qualidade das vagas geradas, a maior parte na informalidade:

— A economia melhorou um pouquinho, passou de uma queda de 3,5% para crescimento de 1%. Ver que metade das pessoas que estavam desocupadas

não conseguiram se ocupar é muito negativo. O mercado de trabalho não está bombando. Está gerando ocupação, mas precária.

Pelas contas do economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, o percentual de informalidade no mercado de trabalho vai de 36,3% a 44,9%, dependendo do tipo de cálculo usado. Em qualquer métrica, ele destaca, esses índices estão próximos aos maiores patamares da série histórica da Pnad Contínua, a atual pesquisa do IBGE sobre emprego, iniciada em 2012:

— Na recessão, todos perdiam vagas. Agora, a gente vê uma mudança na estrutura ocupacional, com crescimento da ocupação muito assentado nas atividades ligadas à informalidade.

Hélio Zylberstajn, professor de Economia da USP especialista em relações de trabalho, lembra que o processo é lento, mas pondera que em 2017 houve avanço. Com base no levantamento do IDados, ele aponta que o percentual de desempregados que se recolocam em um ano chegou a ser de apenas 41% no primeiro trimestre de 2017.

— A proporção de desocupados que conseguem trabalho um ano depois está nesse momento em crescimento. O quadro é de melhora.

Zylberstajn acrescenta, no entanto, que tudo indica que a retomada do mercado será lenta.

— Temos 13 milhões de desempregados e a cada ano entram no mercado 1 milhão de pessoas. Só para manter o mesmo número de desempregados, a gente precisa criar 1 milhão de empregos. Ou seja, vamos diminuir o desemprego, mas vai ser uma coisa lenta. Vai depender muito do ritmo de crescimento — afirma.

"O debate eleitoral no Brasil é muito pobre"

Correio Braziliense - 16/04/2018

Gustavo Loyola, 65 anos, é um dos personagens mais respeitados do campo econômico brasileiro. Doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e presidente do Banco Central em dois períodos – entre novembro de 1992 e março de 1993, e de junho de 1995 a agosto de 1997 –, Loyola comandou uma das mais importantes reestruturações do sistema bancário brasileiro. Atualmente, se dedica a dar suporte a empresas, como sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada. Nesta entrevista, Loyola analisa o horizonte econômico brasileiro, condiciona a sustentabilidade da retomada à corrida eleitoral e afirma que a tradicional polarização entre PT e PSDB acabou.

Como o senhor avalia a travessia brasileira pela recessão?

A economia está se recuperando de um processo recessivo muito grave. A crise nasceu dos excessos do período que a antecedeu, excessos na questão fiscal, principalmente, e em políticas heterodoxas. Os bancos públicos, usados

politicamente, e o próprio Banco Central, que tolerou demais a inflação, geraram aquele movimento recessivo.

O que levou o Brasil a situação tão grave?

Os estímulos lançados para evitar que a crise internacional chegasse ao Brasil foram a base para a nossa própria crise. Aquelas políticas equivocadas foram se degradando ao longo do tempo, principalmente durante o governo da presidente Dilma Rousseff, e levaram à crise que todos nós presenciamos muito bem. Dilma deixou o governo endividado, as empresas endividadas, as pessoas endividadas.

O crescimento atual é sólido?

Mais recentemente, o Banco Central teve de fazer uma política monetária muito dura, subindo os juros. Foi uma tempestade perfeita para a economia brasileira até 2016, pelo menos. O ano de 2017 foi um período de recuperação. Pelo menos tivemos um PIB positivo. Houve também uma certa redução do endividamento das famílias, uma queda do endividamento das empresas e o próprio governo passou a ter uma política econômica responsável e após a entrada do ministro Henrique Meirelles e do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Isso abriu espaço para a inflação cair, permitiu ao Banco Central reduzir as taxas de juros e a situação fiscal, embora não tenha sido resolvida, parou de piorar. Há hoje um controle maior das contas públicas e o mercado de trabalho apresenta uma recuperação gradual. O crédito cresceu. Enfim, a economia voltou a crescer, e esse crescimento veio para ficar.

É possível, portanto, olhar para o futuro com mais confiança?

Acho que vai depender das políticas econômicas do próximo governo, notadamente na questão das reformas. Para crescer mais e de maneira sustentável, o Brasil precisa fazer as reformas, principalmente a previdenciária e a tributária. As reformas serão indutoras de crescimento, de produtividade e de investimento. Apenas com mais investimento é possível acreditar em um crescimento sustentável. Caso contrário, continuaremos a ter voos de galinha, com períodos de crescimento mais acelerado e que logo são interrompidos. Esse voo de galinha é o que acaba gerando um crescimento médio baixo, ao longo do tempo.

Quais são os indicadores econômicos que o senhor mais tem celebrado?

Certamente é a inflação baixa. Trata-se de algo que beneficia a todos e que, por consequência, abre espaço para a queda dos juros. Estamos com uma inflação acumulada em 12 meses abaixo de 3%, e com perspectiva de continuar assim. Isso é uma grande vitória em um país que, há dois anos, estava com inflação acima de 11%.

O fracasso do governo na tentativa de aprovar a Reforma da Previdência vai resultar em um novo voo de galinha?

Sem dúvida. O Brasil perdeu uma grande oportunidade. Tínhamos uma chance de fazer um ajuste nas contas da previdência, mesmo que não fosse a reforma ideal. Mas perdemos a oportunidade de dar um passo na direção correta. Infelizmente, não houve condições políticas para isso. Acho que não adianta jogar apenas a culpa nas costas do governo federal.

Por quê?

A reforma não saiu porque não conseguiu ter apoio suficiente na sociedade. Pela ação de grupos de interesse contrários à reforma, que hoje tem uma situação privilegiada, e que perderiam isso com a reforma. Então, a reforma encontrou vários pontos de resistência e o governo, que no início tinha capital político para ultrapassar essas dificuldades, perdeu esse capital político por conta dos escândalos de corrupção. Aí a reforma foi adiada.

E se a Reforma da Previdência tivesse sido aprovada?

Se tivesse passado, estaríamos vivendo um período eleitoral muito mais tranquilo. Haveria menos dúvidas sobre o destino, a trajetória da economia brasileira a partir de 2019. Agora, permanece a dúvida de como ficará a questão fiscal para o ano que vem e para 2020. Estamos todos na expectativa de que o próximo governo faça a lição de casa, mas é só uma expectativa. A reforma já deveria ter sido feita.

Qual é o efeito colateral da não aprovação das reformas neste ano?

Isso tem contribuído para aumentar as incertezas eleitorais, que podem atrapalhar o crescimento do PIB já neste ano. Muitos analistas estão revendo para baixo suas projeções de crescimento da economia. Tudo isso em razão da dificuldade em se enxergar um cenário eleitoral previsível.

Os candidatos pró-mercado têm boas chances na eleição?

O que acontece é que os temas econômicos não têm sido explicitamente tratados pelos pré-candidatos. Os temas são espinhosos e de difícil compreensão. A questão principal é saber qual é a visão de mundo de cada candidato, como é que ele pensa em governar, quais são suas intenções para a economia de maneira geral. Se for um candidato intervencionista, que não acredita na necessidade de equilíbrio fiscal, que faz de conta que não existe problema na previdência, evidentemente não será o cara ideal para fazer as reformas.

Mas ter apenas boas intenções não é suficiente.

Sim, não adianta o candidato só ter boas intenções, uma visão correta de mundo e boas ideias. Não se governa apenas com boas intenções. É preciso ter capacidade política de governar e de catalisar apoio no Congresso. Não se faz sozinho uma reforma. Boa parte delas depende de maiorias qualificadas no Congresso. Isso foi um problema. Como todos os escândalos de corrupção acabaram gerando uma ojeriza à classe política, há uma tentação da sociedade de eleger pessoas que não têm experiência política para ser presidente da República.

Eleger pessoas sem experiência política é necessariamente ruim?

Fica sempre a dúvida sobre se essas pessoas têm a capacidade de conquistar um apoio político para poder governar, de realizar as reformas. Isso é muito duro. Então, nós precisamos eleger um presidente não só comprometido com tudo isso, como também que tenha uma mínima capacidade política de fazer avançar uma agenda reformista.

Qual é o perfil de candidato que o leitor anseia encontrar?

O eleitor está buscando candidatos que tenham certas qualidades pessoais, que estejam acima de qualquer suspeita, que não estejam envolvidos em corrupção, e tudo o mais. Creio que a questão da segurança pública tem precedência na agenda de todos os candidatos. Há um mal-estar da sociedade em relação à violência e à impunidade. Isso está acima das questões econômicas nesta eleição. Tanto é que há uma melhora clara da economia, com indicadores consistentes, e nem assim o governo Temer ganha popularidade. Isso mostra que o governo não está correspondendo aos anseios mais urgentes da sociedade.

O debate eleitoral não mostrará quem é quem?

O debate eleitoral no Brasil é muito pobre. Muito pobre. Com isso, acaba não tocando em temas essenciais ao país, e se concentra em questões mais populistas, rasteiras e fáceis de resolver.

O senhor se refere ao discurso do pré-candidato Jair Bolsonaro?
Também.

Quais são as ideias de Bolsonaro para a economia?

Ninguém sabe, ninguém viu. Então, o fato de Bolsonaro estar entre os líderes de intenção de voto só demonstra como as questões econômicas ficaram para segundo plano e como o debate eleitoral é pobre. No caso dele, apesar de estar há décadas na política, parte dos eleitores o enxerga como alguém de fora da política. Não é correta essa percepção. Ele é político há muito tempo. A campanha vai reforçar ou desmascarar essa percepção.

Como o senhor avalia a prisão do ex-presidente Lula?

Ele foi julgado e preso dentro de um processo normal de funcionamento do judiciário. Evidentemente que a prisão de um ex-presidente da República é algo dramático, traumático para o país, especialmente após um longo processo de impeachment que tirou Dilma Rousseff. Hoje, o próprio presidente da República está envolvido em denúncia. Tudo isso faz parte desse caldo que, por um lado, é negativo para o Brasil, mas, por outro, mostra que as instituições estão funcionando. A prisão não diminui as incertezas eleitorais. Afinal, não se sabe para onde vai migrar o voto da esquerda.

O grande número de candidatos pode ajudar a eleger um outsider?

Toda essa fragmentação torna a eleição bem imprevisível. A antiga polarização entre PT e PSDB acabou. Os outsiders surgem porque existe uma demanda por outsiders. A sociedade está demandando candidatos que não sejam políticos de profissão, já que a classe está desmoralizada pelos escândalos de corrupção, independentemente do partido. Todos, dos pequenos aos grandes, foram atingidos pelos escândalos mais recentes.

O esforço do Banco Central em combater o spread bancário poderá gerar algum dividendo político para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles?

Não acho que o Banco Central esteja fazendo algo truculento, algo forçado aos bancos. A gente conhece muito bem a competência de todos os que estão lá e sabe que nenhum deles acredita que haja uma solução para o spread de

maneira voluntarista ou algo padronizado para todos os bancos. Não dá para tabelar juros de banco, fazer uma coisa na marra. Esse tipo de medida é populista e insustentável. O último que tentou baixar os juros à força foi o Guido Mantega, e deu no que deu.

PMEs devem sofrer mais com nova proteção de dados da UE

DCI - 16/04/2018

O novo conjunto de leis de proteção de dados da União Europeia (UE), que entra em vigor no dia 25 de maio, deve dar dor de cabeça às pequenas prestadoras de serviços brasileiras, já que estas são as menos preparadas para lidar com a mudança regulatória, avaliam especialistas.

A UE defende que a General Data Protection Regulation (GDPR) – como se chama o pacote de legislações acerca de informações digitais – tem por objetivo “harmonizar as leis de dados privados por toda a Europa” para proteger a privacidade de todos os cidadãos. Na prática, as novas normas terão impacto no mundo todo, uma vez que colocam todos que fizerem negócios com cidadãos do bloco na mira das autoridades.

Segundo o sócio do Costa Tavares Paes Advogados (CTP), Antônio Tavares, qualquer empresa brasileira que fizer negócios com uma contraparte na Europa vai ter que tomar mais cuidado com a gestão que faz dos dados pessoais coletados de clientes. “Quanto mais atividade tiver, maior a chance de ser obrigada a ter um representante na Europa para se adequar à lei”, afirma o especialista.

O impacto financeiro de não estar em conformidade com a lei é alto. Quem comercializar dados pessoais como nome, foto, e-mail, informações bancárias, postagens em redes sociais, informações médicas, endereço de IP, entre outros, sem o consentimento específico, informado e não ambíguo da pessoa poderá ser multado em 20 milhões de euros ou 4% do faturamento bruto global anual da companhia, dependendo de qual valor for maior.

Tavares lembra que a proteção de dados tem como foco resguardar a privacidade de pessoas físicas, mas não se limita a isso. O advogado ressalta que os dados de uma pessoa jurídica europeia também devem ser mantidos em sigilo. “Quando um exportador brasileiro pega os dados bancários de uma empresa francesa, por exemplo, até o número de cadastro desta pessoa jurídica é protegido. Se essas informações forem guardadas, não podem ser manipuladas contra a lei”, explica.

De acordo com o especialista do Zilveti Advogados, Flávio Fujita, além de não vender, as empresas que lidam com informações de europeus também não podem deixar vaziar ou perder esses dados. “Um dos direitos dos europeus é o de acesso a essas informações. O cliente tem que poder acessar, quando quiser, todos os dados que a minha companhia guardou sobre ele”, comenta o advogado.

Desse modo, quem tiver perdido as informações poderá estar sujeito à multa.

Em um cenário assim, Fujita imagina que as pequenas e médias prestadoras de serviços serão as mais afetadas, pois são as menos preparadas para tomar conta de tantas informações. “A grosso modo, as prestadoras de serviços menores estão mais vulneráveis. Estão acostumadas a fazer o trabalho, receber e pronto. Não possuem o hábito de tratar as informações que recebem dos clientes”, esclarece.

Compliance

Diversos setores sofrerão com os efeitos da nova regulamentação. No entanto, é opinião geral que um dos mais afetados será o segmento hoteleiro, por receber pessoas de todos os lugares do mundo. “Um hotel aqui que receba reservas de uma família de franceses precisará colher permissão expressa para todos os dados que for utilizar”, diz a sócia do CTP Advogados, Maria Cibele Crepaldi Affonso.

Por outro lado, justamente por lidar com um grande volume de dados pessoais todos os dias, Fujita acredita que os hotéis estão mais preparados para ficar em conformidade com o código europeu. “Esse setor vai ser afetado, mas as empresas estão bem preparadas. Não estão prontos, mas estão no caminho certo. A maioria dos hotéis já tem um sistema na nuvem, não são dados espalhados na sala do gerente”, destaca.

O advogado aponta que a empresa brasileira que não quiser ter problemas com autoridades da União Europeia devem avaliar se seu negócio está exposto ou não à nova regulamentação. “O principal é saber se a empresa se encaixa na nova lei, o quanto usa de dados pessoais e qual o nível de proteção dos dados. Para entrar em conformidade é importante ter um braço de Tecnologia de Informação (TI) para a sua operação.”

Os especialistas lembram ainda que por mais que a mudança esteja ocorrendo na União Europeia atualmente, logo deve haver uma regulamentação deste assunto no Brasil também, e deve-se levar em consideração a experiência de outros países. Na conjuntura atual, o Projeto de Lei do Senado 330/2013, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) é o que tem mais probabilidade de sair do papel. Além disso, segundo notícias veiculadas na imprensa, o Palácio do Planalto já articula a criação de um órgão federal para proteção de dados pessoais na internet no Brasil.

O objetivo seria credenciar o Brasil para uma vaga na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já que a qualidade da legislação do país na proteção de dados é um dos pré-requisitos para fazer parte do órgão.

Maria acentua que no projeto brasileiro está prevista a necessidade de uma autorização muito específica para que os dados sejam comercializados, assim como foi adotado no caso da legislação europeia.

Cidades começam o ano com alta de receitas

DCI - 16/04/2018

As principais receitas tributárias e transferências federais aos municípios cresceram no início de 2018, após quedas intensas durante a recessão econômica. Apesar disso, as prefeituras ainda trabalham com limitações no orçamento.

A soma da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) de 15 capitais do País, por exemplo, apresentou uma expansão de 10,6% acima da inflação (em termos reais) no primeiro bimestre de 2018, a R\$ 4,8 bilhões, contra igual período de 2017, depois de dois anos de queda nessa mesma base de comparação, mostram dados do Tesouro Nacional, organizados pelo portal Compara Brasil, uma iniciativa da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Aequus Consultoria.

Em todas as cidades consideradas na sondagem houve expansão do ISS. Na maior delas, São Paulo, o tributo conseguiu avançar 11% nos primeiros dois meses, em termos reais, a R\$ 2,5 bilhões, depois de ter caído 4,4% no ano passado. Até mesmo o Rio de Janeiro, que passapor uma das mais graves crises fiscais do Brasil, viu sua receita aumentar em 7,3%, para R\$ 956 milhões, patamar semelhante ao de 2011. Entre 2013 e 2015, a cidade costumava arrecadar R\$ 1,1 bilhão nos primeiros dois meses do ano. A prefeitura do Rio registrou contração de receita durante três anos (2015, 2016 e 2017).

Já a receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) expandiu 14%, para R\$ 6,5 bilhões, em todas as cidades com exceção de Goiânia (-30%, para R\$ 6 milhões).

Por sua vez, os dados referentes às transferências federais já mostram o consolidado de todos os municípios de janeiro até o dia 10 de abril de 2018. Nesse período, a União repassou R\$ 29,4 bilhões para todas as prefeituras do País, aumento real de 7% em relação a igual período de 2017.

Limitações

Mesmo com a expansão observada no início do ano, o economista Victor Hohl, do Conselho Federal de Economia (Cofecon) avalia que as prefeituras ainda trabalham com um cenário de caixa limitado. Ele comenta que a expansão de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e o crescimento de 2% estimado por ele para este ano, ainda serão insuficientes para melhorar significativamente a arrecadação, de forma a acompanhar a trajetória das despesas das cidades. Recentemente, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, por exemplo, comentou que 90% da arrecadação do IPTU neste ano será direcionada para pagar a previdência dos servidores do município. Para Hohl, a trajetória de expansão das receitas em 2018 deve ser lenta ou até mesmo ter estabilidade.

Já o professor de economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pedro Raffy Vartanian afirma que a tendência é que a arrecadação tenha expansão, frente à expectativa de crescimento de 2,8% do PIB. Ele avalia que a queda da

taxa básica de juros (Selic) deve impactar positivamente a economia a partir desse segundo semestre, fator que contribuirá para a atividade dos negócios e, portanto, do recolhimento tributário das cidades. Para Vartanian, a recuperação da atividade econômica “veio para ficar”, mas admite que o cenário político pode limitar a elevação da arrecadação.

Salário mínimo

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) informou na última sexta-feira que o aumento do salário mínimo (para R\$ 1.002) anunciado pelo governo federal na ocasião da apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, deve provocar um impacto de R\$ 2 bilhões na folha de pagamento das prefeituras, no ano que vem. A proposta é de um aumento nominal de 5,03%. Já o impacto em 2020 será de R\$ 3,4 bilhões. A LDO foi enviada ao Congresso, na última quinta-feira, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Serviços segue queda do comércio e indústria e cenário fica mais nebuloso

DCI - 16/04/2018

Acompanhando os resultados da indústria e do comércio, o setor de serviços apresentou desempenho fraco em fevereiro – de 0,1% frente a janeiro e queda de 2,2%, ante mesmo mês de 2017 . Este era o resultado que faltava para confirmar que o dinamismo da economia no início do ano deixou a desejar.

Na explicação do economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin, para além do fraco dinamismo da economia no mês de fevereiro, que impactou o resultado de todos os setores, a recuperação do emprego também será crucial para uma retomada concreta e consistente em todos os segmentos dos serviços.

Mesmo que os índices de desemprego tenham arrefecido, o economista descreve como ainda altos, e com um perfil muito relacionado à informalidade e ocupações por conta própria, que não garantem estabilidade e confiança às famílias. “As inserções permitem uma melhora mediana, porque esse rendimento tende a ser mais baixo e mais volátil de um mês para o outro. Pode ser que isso faça com que as famílias tenham precaução para retomar os seus níveis de consumo”, destaca.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, os serviços prestados às famílias atingiram em fevereiro queda de 5,2% ante o mesmo período de 2017. Na comparação com o mês imediatamente anterior, a redução foi de 0,8%.

A segunda atividade a apresentar a maior queda na comparação com fevereiro de 2017 foi o segmento de informação e comunicação, que teve retração de 4,9%. Na comparação com janeiro, a queda foi mais leve, de 0,6%.

“No fundo, o emprego de carteira assinada precisa avançar permitindo que os funcionários tenham maior acesso ao mercado de crédito com juros mais

baixos”, diz Cagnin. Segundo ele, mesmo que o consumo de serviços não esteja relacionado ao acesso a crédito, a renegociação de dívidas atrasadas permite que as famílias tenham uma recomposição dos níveis de consumo.

Em linha com isso está a possibilidade de uma nova liberação do FGTS para quem pedir demissão. De acordo com o economista, pode afetar de forma positiva o setor, também por conta da possibilidade de pagamento de dívida. “Além disso, a dinamização da economia [advinda da liberação] pode melhorar o volume de produção das empresas e conseqüentemente faz com que contratem mais serviços.”

Segundo ele, a liberação pode trazer dois efeitos, uma de dinamizar a economia no curto prazo e outra de dificultar o financiamento da construção civil em médio ou longo prazo.

Em resumo, ele acredita que o ano de 2018 ainda é um período de standby. “A incerteza política vai fazer com que o processo de recuperação retarde o crescimento consistente do mercado.”

Queda de expectativa

Após o desempenho dos serviços em fevereiro – mesmo com uma base de comparação deprimida –, e o desempenho do mercado de trabalho, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revisou a projeção do indicador para o ano. De acordo com a entidade, a nova previsão é que o volume de receita do setor tenha uma variação negativa de 0,8%. A projeção anterior era de -0,2%.

“Dentre as atividades econômicas que compõem o setor produtivo, os serviços são aquelas com maior dificuldade em se recuperar após a recessão”, afirmou o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes. Segundo ele, o motivo desta dificuldade é a dependência da atividade interna, que se mantém fraca. Segundo a entidade, nos últimos três anos, o setor acumulou perda de 11,8%.

Setores

No período, das cinco atividades acompanhadas pela pesquisa, apenas uma em fevereiro – ante janeiro –, apresentou resultado positivo. Os serviços profissionais, administrativos e complementares atingiram no período 1,7% de crescimento e foram responsáveis pelo resultado levemente positivo do setor na mesma base de comparação. A variação contudo não foi suficiente para recuperar a queda da atividade em janeiro (2,3%) ante dezembro.

Audiência pública vai discutir incentivos fiscais para empresas que aderirem ao teletrabalho

TI Inside - 16/04/2018

De acordo com uma pesquisa do Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) de 2012, o impacto das longas viagens pendulares casa – trabalho – casa sobre a produtividade, chamado de produção sacrificada, tem crescido ano após ano. Considerando os deslocamentos acima

de 30 minutos, mais de 17 milhões de trabalhadores brasileiros demoram, em média, 2 horas nessas viagens. Assim, a imobilidade urbana gera um prejuízo superior a R\$ 111 bilhões ao ano para a economia do país.

Entre as 37 áreas metropolitanas estudadas, a que registrou o maior tempo de deslocamento foi a do Rio de Janeiro, onde 2,8 milhões de trabalhadores levaram, em média, 141 minutos nas viagens entre casa e trabalho. A área metropolitana de São Paulo apareceu na sequência, com média de 132 minutos para mais de 5,5 milhões de trabalhadores.

O longo tempo de deslocamento gera custos elevados. Nos 19 municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro, o custo da produção sacrificada ultrapassou R\$ 19 bilhões, equivalente a 5,9% do PIB metropolitano. Já na área metropolitana de São Paulo, o impacto dos longos deslocamentos sobre a economia de seus 39 municípios atingiu R\$ 44,8 bilhões, equivalente a 5,7% do PIB metropolitano. Segundo a prefeitura de São Paulo, só até outubro de 2017 o município tinha gasto com subsídio da tarifa de transporte mais de R\$ 2,2 bilhões.

Audiência Pública

Para discutir como o poder público pode atuar em políticas de incentivo fiscais para empresas que aderem ao Teletrabalho (home based e home office), a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, realizará uma Audiência Pública nesta segunda-feira, 16, às 9 horas.

Os representantes da sociedade civil e da comunidade empresarial levantarão propostas à Comissão, como a redução gradual de impostos municipais, a exemplo do ISS e IPTU, para aquelas empresas que permitirem seu colaborador trabalhar de casa. A alternativa pelo modelo de teletrabalho traria benefícios como a redução de custos para empregado e empregador, diminuição de deslocamentos, ampliação da oferta de mão de obra e estímulo a economias locais.

Estarão presentes membros da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (SOBRATT); Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH); Guillermo Petzhold, especialista em Mobilidade Urbana do World Research Institute Brasil; Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP); Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintemark); Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), o vereador José Police Neto (PSD), que atua em projetos de mobilidade, habitação, revitalização dos espaços públicos e planejamento urbano, além da empresa Mutant, desenvolvedora da tecnologia para home based, que foi convidada a falar sobre como ajudar empresas a contratar pessoas trabalhando de suas casas.

"Estamos falando da criação de uma cultura, que já existe em outros países. Uma parcela significativa de profissionais já está apta a trabalhar remotamente porque sabe utilizar e valoriza o que a tecnologia pode impactar em

produtividade e qualidade de vida", destaca Aurea Cristina de Souza, diretora de home based da Mutant, que prevê colocar mais duas mil pessoas no modelo de teletrabalho em menos de dois anos.

O que é teletrabalho e seus benefícios

O teletrabalho, que inclui o home based e o home office, pode ser definido como trabalho cujo gerenciamento é baseado em resultados, ao invés da presença física. O home based é realizado com ferramentas tecnológicas, pelas quais a empresa pode controlar o trabalho à distância, inclusive com a marcação da hora de início, intervalos e saída do profissional, em sistemas de segurança de login e logoff, conexão criptografada, monitoramento em tempo real da tela do colaborador, via webcam ou geolocalização, e autenticação biométrica para confirmação de identidade do colaborador.

O modelo vem ganhando adeptos no Brasil e exterior, possibilitando que profissionais de diferentes formações, como atendentes de call center, advogados, corretores e auxiliares administrativos, trabalhem de casa. Mulheres que voltaram de licença maternidade ou pessoas que precisam cuidar de um parente ou possuem alguma barreira de mobilidade, também estão entre os usuários do teletrabalho.

Estatísticas mundiais mostram que a taxa geral de adoção do teletrabalho tem aumentado nas últimas décadas. No Brasil, segundo o Censo IBGE de 2010, existem mais de 20 milhões de trabalhadores em domicílio, uma significativa parcela vinculada a uma empresa. Como revela a Pesquisa Home Office Brasil 2016, realizada pela SAP Consultoria junto a 325 empresas de diferentes segmentos e portes: 37% das empresas no Brasil possuem prática de Home Office.

Entre os benefícios do modelo estão:

Ganhos para as empresas – o aumento de produtividade, a solução para a falta de espaço e aumento de escala (volume de trabalho), contratação geográfica livre, atração de novos perfis de profissionais, aumento no número de pessoas interessadas em trabalhar na companhia, retenção de talentos, além de diminuição de faltas e atrasos por contingências, como chuvas, manifestação, congestionamentos e greves. A redução no risco de acidentes no trajeto residência-escritório e a viabilização de turnos alternativos de trabalho também são índices apresentados.

Ganhos para os colaboradores: mais oportunidades àqueles que não possuem condições favoráveis ao deslocamento, redução de despesas com veículo próprio, eliminação no tempo gasto e menor exposição ao estresse e à violência no trânsito, maior disponibilidade para outras atividades, e melhoria na qualidade de vida.

Ganhos sociais e ambientais: redução na emissão de poluentes, inclusão de pessoas com deficiência no mercado, melhoria na mobilidade urbana e movimentação do comércio local.

Idealizado nos anos 70 nos Estados Unidos, o teletrabalho ganhou força a partir dos anos 90. No Brasil, a modalidade começa a ser reconhecida e culturalmente aceita, impulsionada pela aprovação da Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011, que alterou o artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), equiparando o vínculo empregatício de trabalhadores que executam seu trabalho a distância ou em seu domicílio a funcionários que o realizam no estabelecimento do empregador.

A lei não definia, no entanto, condições para a execução do teletrabalho. Em 2017, uma nova lei regulamentou a prática. Ela determina que a alteração do trabalho presencial para remoto deva ser feita em acordo entre as partes, registrado em contrato. Deverão estar ainda definidas em contrato as condições para aquisição, uso, manutenção ou fornecimento dos equipamentos e infraestrutura para a prestação do trabalho remoto, bem como para o reembolso das despesas arcadas pelo empregado. O conteúdo determina também que o empregador instrua os empregados sobre regras de saúde, ergonomia e de segurança do trabalho.

Tendência mundial

Em março de 2010, o então presidente Barack Obama realizou um Fórum na Casa Branca sobre flexibilidade no trabalho e o congresso então aprovou o Ato de Melhoramento do Teletrabalho de 2010 (Telework Enhancement Act of 2010) para catalisar a expansão.

Em 2015, 83 agências federais americanas haviam aderido às políticas do teletrabalho e 441 mil pessoas estavam trabalhando de casa. Países como Inglaterra, Holanda, Suíça e Canadá também aderiram a algum modelo de trabalho flexível. Um relatório conduzido no Canadá em 2011 concluiu que o teletrabalho, se adotado por 4.3 milhões de canadenses em duas vezes por semana, poderia gerar benefícios, tais como: US\$ 53 bilhões para a economia e 351.000 homem/ano salvos anualmente (acidentes de trânsito) como ganhos nacionais; economia média de três semanas de trabalho por ano em tempo gasto no trânsito como ganhos para o empregado; redução de gases de efeito estufa equivalente a retirada de um terço dos motoristas individuais de Montreal de circulação, e uma economia anual de 389 milhões de litros de gasolina, como ganhos ambientais, além de outros ganhos também para empregador.

Os choques externos e a América Latina

O Estado de S. Paulo - Moisés Naim - 16/04/2018

“Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o coronel Aureliano Buendía recordaria aquela tarde distante em que seu pai o levou para conhecer o gelo.” Este é o primeiro parágrafo de Cem Anos de Solidão, romance de Gabriel García Márquez em que ele narra a vida dos poucos, mas fascinantes, moradores de Macondo, um povoado imaginário perdido nas selvas da Colômbia.

De tempos em tempos Macondo é sacudido pelo que os economistas, cientistas políticos e sociólogos chamam hoje de choque externo. É um relato inventado de algo que surge de fora e perturba a economia, as relações de poder, os hábitos e costumes, enfim, a vida de Macondo.

Assim, além do gelo, o povoado é perturbado pela chegada dos ímãs, da pianola, pelas ideias políticas em conflito que desencadeiam uma longa e sangrenta guerra civil, ou a bananeira, uma empresa multinacional mais poderosa que todos os governos e todos os Exércitos. Claro que o romance de García Márquez é muito mais do que um relato dos “choques externos” que mudam a vida dos moradores do povoado. Mas as convulsões em Macondo constituem uma metáfora excelente para discutir os abalos que se verificam hoje na América Latina.

Esta foi sempre uma região com as economias mais voláteis do mundo. Periodicamente, uma fase de expansão e prosperidade é repentinamente seguida por outra de paralisia e miséria. Esses ciclos de ascensão e queda no geral são determinados pelos preços internacionais das matérias-primas que a região exporta e pela disponibilidade de créditos e investimentos que vêm de fora.

Quando os preços do petróleo, do cobre, do café, da soja, entre outros, sobem no mercado mundial, a América Latina prospera. Quando caem, ela empobrece. Quando os bancos e empresas estrangeiras investem e abrem o crédito, as economias latino-americanas melhoram. Mas quando esses créditos e investimentos cessam (e com frequência isso ocorre no mesmo tempo que os preços das exportações caem) vem a ruína: desvalorização, inflação, desemprego, suspensão de programas sociais, bancos e empresas vão à bancarrota.

Naturalmente os governos latinoamericanos também são responsáveis por não tornar suas economias menos vulneráveis a essas oscilações internacionais. Mas é preciso reconhecer que não é fácil neutralizar o impacto de um choque econômico externo intenso.

Nos próximos anos, aos abalos econômicos periódicos na região irão se juntar outros. A mudança climática, a revolução digital, uma nova intolerância a alguns problemas sociais e uma política mundial convulsionada serão fontes desses fortes e inéditos choques externos.

A mudança climática. Nenhuma região escapará dos seus efeitos. Mas de acordo com a ONU, a América Latina é uma das regiões mais vulneráveis à mudança climática que continuará se intensificando em termos de frequência, força, fatalidades e custos. As razões desta grande vulnerabilidade vão desde a geografia ao clima, passando pelas condições socioeconômicas.

Esta é a zona mais urbanizada do planeta: 80% dos seus habitantes vivem em cidades, a grande maioria é pobre e suas habitações são muito precárias. A corrupção também agrava a fragilidade da região face à mudança climática. É frequente, por exemplo, funcionários públicos autorizarem construções em

lugares impróprios ou ignorarem as violações das normas de construção em troca de propina.

Os efeitos da mudança climática serão os choques externos mais transformadores já sentidos na América Latina. Mudanças serão observadas no local e no modo como vivem os latinoamericanos, naquilo que produzem e gastam. Ou quanto aos principais conflitos domésticos e internacionais que enfrentarão.

A revolução digital. Inteligência artificial, big data, robótica, blockchain (estratégia de descentralizar para ganhar em segurança), computação quântica e redes neurais são apenas algumas das áreas em que veremos revoluções tecnológicas que mudarão o mundo. É fácil intuir que serão enormes transformações. Mas o que mais irá nos surpreender é a velocidade com que sentiremos seus efeitos. As possibilidades abertas por essas novas tecnologias são maravilhosas. Mas também serão imensos os problemas que surgirão. Um importante efeito indesejável dessa revolução digital é que ela irá destruir muitos postos de trabalho existentes antes de criar novos.

Isso deverá ocorrer em todos os lugares, mas na América Latina o impacto será mais intenso. Segundo a ONU, nas próximas décadas dois em cada três empregos formais na região serão automatizados. O choque externo provocado pela revolução digital poderá ser tão determinante quanto o da mudança climática.

Nova intolerância a antigos males.

A desigualdade econômica e a corrupção são duas pragas perenes na América Latina. Embora sua erradicação tenha sido sempre a promessa de populistas e revolucionários, na prática as sociedades as aceitavam como realidades inevitáveis.

Recentemente, isso começou a mudar. A coexistência pacífica dos latinoamericanos com a corrupção e a desigualdade está acabando. Entre outras razões, o aumento da desigualdade nos Estados Unidos e na Europa criou um intenso debate mundial e reacendeu essa discussão na América Latina.

O mesmo ocorre com a corrupção. As transgressões dos corruptos, que sempre existiram, hoje são mais visíveis e inaceitáveis. As novas classes médias, mais numerosas, educadas, informadas e conectadas, têm se mobilizado e estão fartas dos desmandos e da impunidade. Guatemala, Brasil, Peru, se juntaram à lista de países como a Coreia do Sul, Ucrânia, Arábia Saudita e China, onde acusações de corrupção levaram para a prisão políticos e empresários antes intocáveis.

Embora essas ações sejam locais, em muitos casos o que as desencadeia vem de fora. O escândalo da Odebrecht, por exemplo, é brasileiro, mas resultou em um choque externo que convulsionou a política de muitos países latino-

americanos. A instabilidade produzida pela luta contra a corrupção e a desigualdade vai continuar.

A política. No final do século 19, um período tão caótico como o atual, o pensador italiano Antonio Gramsci escreveu: “O velho mundo está morrendo. O novo tarda a nascer. E nesse interregno surgem os monstros”. Esta frase resume muito bem o que vem sucedendo no mundo.

É natural que esses novos monstros externos também façam das suas na América Latina. Para isso, não só se aproveitam das oportunidades oferecidas pelas novas relações de poder dentro e fora da região, mas também pelas novas tecnologias.

A internet vem sendo utilizada para polarizar, destruir reputações e influir nas eleições. O impacto no caso de sociedades já crispadas e confusas pode ser enorme. Os protagonistas de sempre perdem influencia e são substituídos por recém-chegados que mudam a agenda e atuam de maneira imprevisível.

Novos caudilhos mundiais, como Xi Jinping ou Vladimir Putin movem fronteiras e mudam as regras. Donald Trump desestabiliza seu país e o mundo. Acreditar em quem? O que é verdade? Em quem confiar?

A política é sempre muito local, mas agora o local se mistura com o global quase que instantaneamente, criando choques políticos externos contundentes. Se a principal cadeia de transmissão desse tipo de choque são as redes sociais, então a América Latina de novo é a região mais vulnerável.

Segundo um estudo da ComScore, os latino-americanos passam 29% do seu tempo na internet ligados nas redes sociais. Em nenhuma outra parte do mundo o tempo usado nas redes sociais é tão alto. Nos EUA, quando ligadas na internet, as pessoas passam 14% do tempo em redes sociais, e na Ásia, 8%.

As boas notícias. Os choques externos que terão um forte impacto sobre a América Latina implicarão enormes custos, mas também abrirão oportunidades inéditas. E os latino-americanos são especialistas em sobreviver à volatilidade. As empresas latino-americanas hoje são ágeis e eficazes sobreviventes dos periódicos reveses que alteram subitamente as regras do jogo. Mas, além disso, esses quatro choques externos têm aspectos positivos.

A nova intolerância à desigualdade e à corrupção é uma boa notícia. A mudança climática causa catástrofes, mas também mudanças nos ciclos agrícolas que podem aumentar a produtividade e o rendimento das colheitas. Haverá uma enorme demanda de novos setores especializados na adaptação às mudanças do clima ou no abrandamento dos seus riscos.

O mesmo vale para a revolução digital. As novas tecnologias certamente criarão novos mercados e reduzirão as barreiras que inibem a concorrência no setor privado. E apesar de a polarização e a crispação política das sociedades criarem perigosas convulsões políticas das quais os populistas se aproveitam,

também é certo que pode estar se abrindo espaço para novos líderes democráticos com novas propostas.

Os choques externos são uma ameaça crescente para a América Latina. Mas não tanto quanto as ameaças da complacência e da falta de previsão. O “mais do mesmo” já não funcionará mais. Aqueles que mais cedo romperem com o conformismo e saírem da sua zona de conforto terão mais chances de evitar que os choques externos os aniquilem.

Mudanças ameaçam a região, mas não tanto quanto a falta de previsão e a complacência.

Einstein, Hawking, Ratzinger: ciência e religião

O Estado de S. Paulo - José Goldemberg - 16/04/2018

Einstein é, sem dúvida, o cientista mais importante do século 20, só comparável, a Newton e Galileu. Nascido em 1879, suas contribuições mais importantes à ciência foram feitas nas primeiras décadas do século 20, quando tinha entre 25 e 35 anos.

Nesse período formulou a Teoria da Relatividade, que mudou a nossa percepção do universo. Em 1921 recebeu o Prêmio Nobel, mas suas contribuições marcaram de tal forma o desenvolvimento da ciência que em 2017 foi atribuído outro Prêmio Nobel aos físicos que foram capazes de fazer a detecção das ondas gravitacionais, cuja existência ele havia previsto um século atrás.

Nos seus anos mais maduros, Albert Einstein dedicou sua atenção a problemas éticos, à filosofia, ao sionismo e ao pacifismo, entre outras questões, sobre as quais opinou com o peso de sua notoriedade como cientista.

Em 1939, já com 60 anos, escreveu um curto ensaio sobre “ciência e religião”, seguido por outro sobre o mesmo tema em 1941. Neles expõe seus pontos de vista sobre religiões e a existência de Deus.

Segundo Einstein, existe entre muitos cientistas a ideia de que é preciso substituir a crença pelo conhecimento e de que não há lugar na ciência para superstições e religião, ou seja, que os cientistas são necessariamente ateus. Ele não concorda com essa visão, pois o método científico não pode ensinar nada além do modo como os fatos se relacionam e quais as relações de causa e efeito entre eles. Não cabe aos cientistas negar a existência de Deus, mas apenas tentar explicar os fenômenos que ocorrem em torno de nós sem recorrer a hipóteses que não podem ser comprovadas, como a existência de Deus.

Só para dar um exemplo, o movimento da Terra e dos planetas em torno do Sol é completamente explicado pela Lei da Gravitação Universal de Newton, não sendo necessário invocar a divindade para explicá-lo. Nesse caso é bem conhecida a resposta que Laplace, cientista francês, deu a Napoleão, a quem

mostrou um modelo do sistema solar baseado nas ideias de Newton. Napoleão disse a Laplace que não via a presença de Deus no modelo, Laplace respondeu que não tinha necessidade dessa “hipótese” para explicar os movimentos da Terra e dos planetas.

Einstein rejeita a ideia de “Deus pessoal”, no que se aproxima das ideias de Spinoza, em que Deus se revela na harmonia de tudo o que existe, e não o Deus que se interessa pela sorte e pelas ações dos humanos. Segundo ele, durante o período juvenil da humanidade a fantasia humana criou a sua própria imagem de deuses que por seus atos de vontade supostamente determinariam ou ao menos influenciariam o mundo. O homem procurava alterar a disposição desses deuses a seu próprio favor pela magia e pela prece. O caráter antropomórfico desse Deus se revela especialmente quando as pessoas tentam lidar com a morte ou violentos conflitos entre pessoas e entre nações, e se refugiam na ideia da existência de um paraíso ou da reencarnação.

Essa é uma das explicações que têm sido dadas para o fato de a religião ter-se tornado tão popular na Rússia após 70 anos do regime comunista, declaradamente ateu, que tentou eliminar o apoio a ela, considerada pelo regime como o “ópio do povo”.

Joseph Ratzinger, que se tornou Bento XVI em 2005 e abdicou do papado há cinco anos, nasceu em 1927 e foi provavelmente o papa mais culto dos últimos séculos. Um estudioso e pesquisador, ele escreveu extensamente sobre as origens do cristianismo. Considerado um papa conservador, presidiu a sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, na qual disciplinava os que se afastavam dos caminhos tradicionais da Igreja Católica.

Surpreendentemente, contudo, nos livros que escreveu Ratzinger tem posições esclarecidas sobre os conflitos entre ciência e religião.

Ratzinger fez um esforço considerável em seus escritos para evitar os erros que a Igreja cometeu no passado, por exemplo, condenando Galileu por não reconhecer que a Terra era o centro do sistema solar. Mais ainda: ele não nega a Teoria da Evolução de Darwin, ao declarar num dos seus escritos que no “código genético humano nós reconhecemos a linguagem de Deus”. A crença de que todos os seres vivos têm origem no ato da Criação deixa de ser necessária.

Ratzinger nos diz ainda que a Bíblia não pretende narrar de forma literal a história da “criação do universo em seis dias”. Como se sabe a ciência já estabeleceu que o nosso universo foi criado numa grande explosão, o “big-bang”, cerca de 13 bilhões de anos atrás. Haveria aqui um papel essencial para o criador, que Einstein não nega. Antes de Ratzinger, o papa João Paulo II já havia admitido que esse era o único papel do Criador e o que se seguiu depois da explosão inicial decorre das leis da física, sem a necessidade de invocar Deus a todo instante.

As percepções de Einstein e de Ratzinger parecem mostrar alguma convergência; a de um cientista que não se diz ateu ou materialista, mas

acredita em algo superior ao homem, e a de um sacerdote inteligente que reconhece que não é necessário invocar o nome de Deus para explicar o que acontece em torno de nós, como a evolução da vida, o movimento dos planetas e a evolução do universo.

Contudo Hawking, o grande físico inglês falecido recentemente, desqualificou a necessidade do Criador na origem do universo ao sugerir que ele surgiu como resultado de flutuações quânticas. Em seu trabalho ele faz uma analogia com as bolhas que se formam quando a água ferve. Cada uma dessas bolhas, que se expandem, é como um universo – dos quais há muitos, tal como as bolhas na água fervente.

Essas teorias são controvertidas e aguardam confirmação experimental. Enquanto isso não se concretizar, a polêmica sobre a existência de Deus vai continuar.

Até suas teorias se confirmarem, polêmica sobre a existência de Deus vai continuar.

O BC e a recuperação cíclica

Valor Econômico - Luiz Carlos Mendonça de Barros - 16/04/2018

A recuperação cíclica iniciada em junho de 2016 está perdendo o fôlego nestes primeiros meses do ano. Os dados já disponíveis mostram isto de maneira clara e cristalina. O que mais me assusta é a piora do mercado de trabalho depois de vários meses de recuperação. Em uma economia em que o consumo das famílias representa quase 70% do PIB, a confiança do consumidor na recuperação e o crescimento do emprego são pedras básicas para a manutenção da recuperação cíclica.

Trata-se de uma armadilha ainda mais perigosa depois da recessão que reduziu em 9% o PIB e criou um hiato negativo da mesma ordem no tecido econômico produtivo. Nesta situação, o investimento se reduz de forma dramática em função do excesso de capacidade produtiva que se instala na economia. Para completar o quadro de falta de demanda agregada que estamos vivendo o governo federal vem reduzindo de forma expressiva seus gastos discricionários de consumo e investimento.

Este cenário é comum nas economias de mercado no momento seguinte ao estouro de uma bolha de consumo, como aconteceu nos Estados Unidos e na Europa Unida entre 2008 e 2012. Os indicadores deste período mostram um quadro muito semelhante ao do Brasil pós-governo Dilma Rousseff, com uma expressiva queda no PIB abrindo um hiato de produto e um déficit fiscal parecidos com o nosso. A grande diferença entre estes dois cenários é que no Brasil não tivemos uma crise bancária como a ocorrida nos dois blocos mais influentes do primeiro mundo.

Esta diferença é muito importante quando avaliamos as ações do Copom no período pós impeachment, pois o grau de liberdade da ação da política monetária no Brasil foi maior do que a que se apresentou ao Fed e ao BCE no

período de recuperação. Mesmo assim no caso brasileiro prevaleceu um conservadorismo exagerado na condução da política monetária e que está comprometendo a recuperação econômica iniciada em junho de 2016.

Esta questão foi levantada por mim em maio do ano passado em um debate patrocinado pelo Valor por ocasião de seu aniversário de fundação. O Copom já havia iniciado a redução dos juros Selic, mas seguia uma trajetória ultraconservadora de reduções de 50 pontos a cada reunião. Nesta ocasião fiz os seguintes comentários:

"O que estamos vivendo hoje é - em termos macroeconômicos e mesmo microeconômicos -- diferente. E é por isto que fico p... da vida com o Banco Central, que tem uma política como se nós não estivéssemos vivendo uma dinâmica diferente de uma bolha de consumo que estourou! Com este negócio de 50 pontos, 50 pontos, 50 pontos... agora, claramente com os ajustes que foram feitos e com uma nova política econômica, a queda de 9% do PIB e 11% na absorção interna estamos vivendo a mesma coisa que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa na virada da última década".

"Esta dimensão da queda de demanda interna gera um metabolismo econômico diferente. Tanto é verdade que o Fed e o BCE - este sob o comando de Mario Draghi - foram por este caminho (redução drástica e imediata dos juros) e hoje você tem um sucesso extraordinário de uma política monetária que sempre foi catalogada pelos conservadores como irresponsável".

"E nós estamos aqui hoje com a maioria dos analistas considerando como se estivéssemos um período de contração de demanda absolutamente normal como em outras ocasiões no passado. Só que isto tem um outro problema mais grave. Nós deveríamos estar ajudando - com a queda mais agressiva dos juros - o governo Temer a se fortalecer para enfrentar não só as reformas como a eleição de 2018. E a atuação do Banco Central esta fazendo justamente o contrário. Em um momento em que precisaríamos ter realmente estímulos na economia para que a opinião pública começasse a sentir ventos melhores, nós estamos empurrando isto para a frente".

No debate que se seguiu, reforcei estes dois pontos de minha divergência com os outros participantes. Ressaltei o espaço que havia para uma redução bem maior e, principalmente, mais rápida dos juros Selic em função da dimensão do hiato do produto que existia na economia e da necessidade política de uma recuperação mais rápida do emprego para enfrentar as eleições de 2018. Minhas angústias de então se provaram reais neste mês de abril com a desaceleração da recuperação da economia e o quadro político eleitoral que temos hoje.

Embora a taxa Selic de hoje - com mais uma redução na próxima reunião do Copom - seja correta, sua trajetória ao longo do tempo foi claramente equivocada. Lenta demais para o quadro macroeconômico que vivíamos. E confirma os problemas que levantei no debate do Valor à vista de todos. Com a lentidão da recuperação, mais de 60% da população vive uma realidade

econômica e social semelhante à dos piores momentos do último ano do governo Dilma. Para eles não existe nenhuma diferença visível entre o governo Temer de hoje e os piores momentos do governo Dilma. Portanto o discurso da centro-direita - de que recuperamos a responsabilidade na condução da economia - cai totalmente no vazio nos segmentos de menor renda da população.

E aumenta o risco de uma nova aventura da esquerda no Brasil.

Exterior pesa, mas cenário é positivo **Valor Econômico - Angela Bittencourt - 16/04/2018**

Exagero ou experiência acumulada, o bombardeio orquestrado por Estados Unidos, Reino Unido e França à Síria pode ressuscitar a insegurança da Guerra Fria, afirmaram especialistas após o lançamento de 105 mísseis contra três instalações de armas químicas naquele país.

O Pentágono diz que não houve vítimas e os líderes ocidentais indicam que não haverá outros ataques. A Rússia, que na primeira hora avisou aos EUA que deveriam esperar por algum tipo de retaliação, passa a ser observada com mais atenção. A tolerância de Vladimir Putin com o Ocidente pode ter data de validade: 15 de julho, quando termina a Copa do Mundo.

O risco de um conflito armado levantar o Oriente Médio afetou o petróleo na madrugada de sábado. No domingo, as forças armadas sírias atacaram os rebeldes. Essa ação mostrou que o presidente Bashar al-Assad não se intimidou com o bombardeio.

Na sexta-feira, quando aviões dos três países iniciaram o bombardeio, o mercado brasileiro estava fechado, após uma semana tensa com a prisão do ex-presidente Lula e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de sequer analisar o pedido de habeas corpus de Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil dos governos Lula e Dilma, que segue em prisão preventiva há quase dois anos.

Palocci conhece as relações estabelecidas pelos governos petistas com políticos, empresas, bancos e outros países. E o mercado prefere nem pensar na possibilidade de Palocci estar negociando uma delação.

A semana terminou em expectativa com a posição do STF que decide na terça-feira se acata ou não denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Aécio Neves que teria pedido R\$ 2 milhões ao empresário Joesley Batista, dono da J&F, e tentado atrapalhar o andamento da Operação Lava-Jato.

O resultado da pesquisa Datafolha de intenção de voto para a Presidência na eleição de outubro - outra expectativa do mercado -- foi publicada pelo jornal "Folha de S.Paulo" neste domingo. Lula ainda é o vitorioso no pleito com grande vantagem em segundo turno. Jair Bolsonaro segue na segunda posição. Marina Silva está no encaixo de Bolsonaro no cenário que exclui Lula.

A ex-senadora e Ciro Gomes são os pré-candidatos mais beneficiados com a distribuição dos votos de Lula.

Geraldo Alckmin, do PSDB - visto pelo mercado financeiro como o representante ideal de centro-esquerda nas eleições - não atrai votos. E corre o risco de dividir o seu eleitorado com o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, que ainda não lançou sua candidatura.

"Parece que acabou a calma garantida pelo ambiente externo. Por seu turno, o ambiente interno é incrivelmente ruim. Os próximos meses serão, muito provavelmente, difíceis para os mercados. Mais cedo do que tarde, isso vai aparecer no setor real. Pode ser que a economia brasileira venha a ter, de fato, mais um voo de galinha obesa. Bem baixinho", disse à coluna uma fonte do governo que prefere manter o anonimato.

Nos últimos dias, grandes bancos reduziram à metade projeções para o resultado do PIB do primeiro trimestre. A revisão reflete indicadores mais fracos, mas não uma tragédia. Na prática, as instituições apontam para uma recuperação ainda mais gradual do que a inicialmente esperada.

"Indicadores de atividade abaixo das expectativas não mudam a tendência de recuperação. Projeções de expansão do PIB vinham em torno de 2,9% para 2018 e passam a 2,6% ou 2,7%. E isso não muda nada", afirma o economista Frederico Sampaio, vice-presidente e diretor de renda variável da corretora Franklin Templeton, sem demonstrar inquietação com o cenário externo. "Não importa o cenário que seja traçado para o mercado internacional. Oscilações existirão sempre, mas o atual pano de fundo é muito positivo. O juro está em 6%, a inflação é baixa e as empresas apresentam bons resultados."

Em entrevista à coluna, Sampaio e o diretor de renda fixa da Templeton, Rodrigo Borges, traçaram um cenário favorável aos mercados. O especialista em ações está otimista com a bolsa brasileira: "Saímos de um cenário caótico, produto da depressão de dois anos e estamos retomando. Menos rápido do que gostaríamos, mas estamos voltando à normalidade e as empresas estão entregando expansão de lucro muito saudável. E não vejo mudança nesse cenário. As empresas entregaram crescimento de lucro de 36% no quarto trimestre do ano passado na comparação com o anterior. Esse resultado é muito bom e muito forte. Em linha com o esperado pelo mercado. "

Sampaio explica que de todas as empresas que compõem o Ibovespa, metade apresentou resultados abaixo do esperado, o que significa dizer 5% abaixo da média das expectativas. A outra metade das empresas reportou resultados em linha ou acima do esperado. "No absoluto, o resultado foi excelente; no relativo não foi tão bom", diz.

Borges avalia que o Brasil está em uma condição favorável quanto aos juros e inflação "ainda que não se faça nada". Contudo, ele alerta para dúvidas que persistem. "Em alguns países que passaram por processos recessivos, semelhantes ao do Brasil, a inflação mudou de patamar. A recessão funcionou nesses países como um freio de arrumação. Isso vai acontecer por aqui? Não

temos certeza. No atual cenário pós-caos, as condições hoje alcançadas se sustentarão? Também não sabemos. "

Borges chama atenção para a importância da reforma da Previdência na elaboração de cenários alternativos para o país. Reconhece que essa reforma hoje não é consenso, "mas é uma ideia muito mais disseminada, o que já é um alento. Mas antes de chegarmos a ela, teremos as eleições e o resultado dirá se vamos tirar proveito da crise e avançar ou vamos voltar a ser o que sempre fomos, um país sobrevivente".

"É importante lembrar que o Brasil do juro baixo é um ilustre desconhecido. Se esse juro veio para ficar, precisamos reconhecer que nossos mercados passam a ter escalas também desconhecidas. E não só quanto a investimentos financeiros. Isso também vale para investimentos na economia real. Mas o fato que realmente importa é que, hoje, estamos mais próximos de um mundo que sempre desejamos", conclui Borges.

Para compartilhar a prosperidade **O Globo - Li Jinzhang - 16/04/2018**

Com o aumento do protecionismo comercial, a globalização econômica está enfrentando uma dura prova. Abertura inclusiva ou fechamento exclusivo, parceria ganha-ganha ou isolacionismo, consultas equitativas ou provocações conflituosas. São essas as escolhas que se impõem diante de todos. Foi nesse contexto que o Fórum Boao para a Ásia teve início, dias atrás, na ilha chinesa de Hainan. Mais de dois mil convidados do mundo inteiro emitiram uma forte mensagem contra o protecionismo e defenderam a prosperidade compartilhada, validando que a abertura constitui a tendência que corresponde à vontade de todos.

Na ocasião, a China reforçou o firme compromisso de expandir ainda mais sua abertura para o exterior. O processo de reforma e abertura, iniciado há quatro décadas, foi a segunda revolução para transformar o país. Para que a economia chinesa cresça com qualidade, é necessário contar com um ambiente mais livre. Neste novo ponto de partida, os chineses persistirão no conceito de trazer benefício a seus parceiros, implementando políticas de alto nível para liberalizar e facilitar o comércio e o investimento.

O presidente Xi Jinping aproveitou o Fórum para anunciar medidas como ampliar significativamente o acesso ao mercado, criar condições mais atraentes para o investimento, reforçar a proteção dos direitos de propriedade intelectual e aumentar voluntariamente a importação. Ele reforça que essas iniciativas serão colocadas em prática o quanto antes para beneficiar tanto a China como os demais países.

O mundo de hoje é uma aldeia global, as economias nacionais interagem e se tornam cada vez mais interativas e interdependentes. A coordenação de políticas e a conexão de infraestrutura, comércio e financiamento são tidas como a opção mais perspicaz para promover a prosperidade e o progresso

comuns. É aspiração compartilhada da comunidade internacional construir mais pontes de cooperação, em vez de erguer muros de isolamento. Em consonância com os princípios de compartilhamento, consulta e construção conjunta, a China vai se empenhar na implementação da iniciativa Obor, de modo a criar a plataforma mais ampla possível de cooperação internacional e de conexão física e conceitual. Trata-se de uma iniciativa concreta para defender a globalização e levar seus benefícios a todos os povos.

Os 40 anos de Reforma e Abertura na China também testemunharam o crescimento da sinergia e a ampliação das áreas de interesse comum entre os chineses e os países da América Latina, dois parceiros que nutrem uma confiança cada vez maior entre si. Em 2017, o comércio bilateral movimentou mais de US\$ 250 bilhões, com um aumento de 18,8%. Até o momento, o estoque de investimento estrangeiro direto da China na América Latina superou US\$ 200 bilhões e mais de 1,8 milhões de empregos foram criados nos últimos anos. No início deste ano, a segunda reunião ministerial do Fórum ChinaCelac, realizada no Chile, desenhou a trajetória que essa parceria deve seguir, abrindo um novo capítulo para uma cooperação mais abrangente entre os dois lados. Uma declaração especial, emitida na ocasião, fala especificamente de aproveitar a Obor para melhor atender às demandas dos países latino-americanos em termos de capital, tecnologia e infraestrutura. Uma integração entre os países dessa região e entre essa região e o mundo certamente favorecerá o bem-estar dessas nações e seus povos.

Quem é sensato sabe perceber as tendências, e quem consegue aproveitar a situação vai levar o melhor. No processo da globalização, a China manterá a coerência entre discurso e ação. Vamos caminhar lado a lado com o Brasil e todos os outros países em direção a um futuro promissor para nossa parceria.

China reforçou o firme compromisso de expandir ainda mais abertura para o exterior. Processo de reforma e abertura, iniciado há quatro décadas, foi a segunda revolução.

Conflito de gerações

O Globo - Paulo Guedes - 16/04/2018

Somos prisioneiros do fechamento cognitivo da social-democracia brasileira ante o desafio econômico do baixo crescimento e o desafio político da corrupção sistêmica. A hipertrofia e o aparelhamento do Estado deturparam valores morais e práticas políticas. Fabricaram escândalos, desmoralizaram partidos e reduziram nosso crescimento. “Um requisito básico para escapar do baixo desempenho econômico é o claro entendimento de que

se origina de instituições deficientes, que resultam, por sua vez, de crenças inadequadas à nova realidade. As instituições moldadas por crenças passadas estreitam as opções presentes, resultando no processo de desintegração de uma sociedade que não consegue superar a rigidez de suas crenças errôneas, impedindo as necessárias mudanças. A estrutura institucional existente é um poderoso obstáculo às mudanças, pois reage em defesa de interesses

adquiridos”, adverte o Prêmio Nobel de Economia Douglass North, em “Compreendendo o processo de mudanças econômicas” (2005).

Instituições obsoletas e estagnação econômica são sintomas da falta de sintonia da plataforma social-democrata com os requisitos da nova ordem global. Com regimes previdenciários irrealistas, legislações trabalhistas inadequadas e organizações sindicais anacrônicas, a armadilha social-democrata tornou inflexíveis os mercados de trabalho. O problema do desemprego crescente é mais agudo entre os jovens. Bilhões de eurasiáticos mergulharam nos mercados de trabalho globais, condenando ao desemprego em massa países com mercado de trabalho inflexível. Uma verdadeira guerra mundial por empregos.

O avanço das novas tecnologias aprofunda o desemprego e ameaça de marginalização toda uma geração ao impedir o acesso de jovens pouco experientes aos mercados de trabalho digitalizados. Ainda jovens e já sem futuro, devem perguntar a seus pais por que as garantias trabalhistas e previdenciárias outorgadas a si próprias pelas gerações mais velhas destruíram a capacidade de geração de empregos para os mais jovens. Herdam de seus pais valores morais, bens materiais mas também suas instituições. E o conflito entre gerações aumenta quando a juventude é ameaçada pelo despreparo, pelo egoísmo e pela irresponsabilidade dos mais velhos com seu legado institucional.

Sem oportunidades de emprego, jovens devem saber que pagam pelas garantias trabalhistas e previdenciárias de seus pais.

Guerra comercial trará US\$ 2,7 bi para o campo **Correio Braziliense - Mercado S/A - 16/04/2018**

O banco holandês Rabobank está concluindo um estudo que fará sorrir boa parte dos empresários do agronegócio brasileiro. O britânico Stefan Vogel, chefe de pesquisa de commodities agrícolas, sediado em Londres, calcula que a guerra comercial entre Estados Unidos e China injetará US\$ 2,7 bilhões no campo brasileiro. Isso porque os chineses comprarão mais do Brasil e de países da América Latina para compensar a redução da soja (foto) americana. Por outro lado, os Estados Unidos perderão US\$ 3,3 bilhões apenas na exportação do grão. Essa não é a única notícia positiva. Depois de um longo período de dificuldades, a indústria de suco de laranja voltou a nutrir bons resultados no Brasil. Segundo a associação CitrusBR, baseada nos indicadores da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), as exportações brasileiras do produto dispararam 29% entre os meses de julho de 2017 e março de 2018. Em cifras, passaram de US\$ 1,1bilhão para US\$ 1,5 bilhão, um avanço de 30%.

A vez das foodtechs

Depois das fintechs, as startups da área financeira, e das agrotechs, voltadas para o setor agropecuário, chegou a vez das foodtechs, empresas iniciantes que se dedicam a pesquisar inovações na área de alimentação. Já há no Brasil

projetos em andamento que têm um foco comum: desenvolver comida de qualidade. O mercado é tão promissor que gigantes como a BRF e Kraft Heinz lançaram programas para se conectar a essas empresas.

Netshoes entra na área

Depois de fechar parceria com o Allianz Parque (foto), a arena do Palmeiras, a Netshoes avalia ampliar as negociações com outros times brasileiros para colocar no ar lojas on-line de produtos esportivos. O acordo com o Palmeiras é inédito no país e o transforma no primeiro estádio do Brasil com e-commerce. Administrada pela Netshoes, a loja virtual oferece apenas produtos do time alviverde e equipes internacionais.

OLX investirá R\$ 200 milhões em 2018

Depois de fechar parceria com Allianz Parque (foto), a arena do Palmeiras, a Netshoes avalia ampliar as negociações com outros times brasileiros para colocar no ar lojas online de produtos esportivos. O acordo com o Palmeiras é inédito no país e o transforma no primeiro estádio do Brasil com e-commerce. Administrada pela Netshoes, a loja virtual oferece apenas produtos do time alviverde e equipes internacionais.

Rapidinhas

» A Universidade de São Paulo está convencida de que a energia solar é a saída para a segurança elétrica brasileira. A instituição está pleiteando mais investimentos em pesquisas nessa área e na expansão de seu próprio sistema de geração fotovoltaica.

» A USP opera quatro subsistemas que convertem a luz do sol em energia elétrica, dentro do campus do Instituto de Energia e Ambiente. Os sistemas se integram à rede de eletricidade da instituição, representando 1% de sua demanda anual. A iniciativa, implementada pelo coordenador Roberto Zilles, é um laboratório para que a USP se torne referência em eficiência energética.

» As novas regras do processo eleitoral brasileiro abriram frentes de negócios. Autorizada pelo TSE para desenvolver um projeto para o pleito, a Kickante, maior plataforma de crowdfunding (financiamento coletivo) da América Latina, lançará no mês que vem um sistema que tornará mais transparente as doações para os candidatos.

» Uma das ideias é um botão dentro do site do candidato que encaminha o interessado em contribuir financeiramente com a campanha para a plataforma da Kickante. Outra possibilidade é a criação de uma página própria da Kickante para a campanha eleitoral. Com iniciativas como essas, o TSE acha que será mais fácil rastrear possíveis ilegalidades.

3 de cada 10 contratos de compra de imóveis novos no Brasil são cancelados. Os distratos, que não possuem regulamentação no país, geram perdas bilionárias e ameaçam a retomada do setor imobiliário.

Planos de aposentadoria

DCI - Edson Jardim - 16/04/2018

A discussão sobre a marcação de ativos financeiros praticamente se restringe ao Brasil. Em outros países em que os programas de aposentadoria são promovidos com ambientes regulatórios semelhantes, não há o que se falar sobre marcação na curva, mesmo para os planos de benefício definido.

No entanto, no Brasil existe a prática. A metodologia surgiu por um equívoco da legislação quando trata da definição da taxa de desconto do passivo atuarial, a taxa de juros atuariais. Em outros países, essa taxa guarda relação direta com as taxas de mercado. No Brasil, ela vem evoluindo, já foi limitada a 6% ao ano, passou por um período de redução e, hoje, é adotada uma média das taxas de mercado dos últimos três anos, com a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) como parâmetro.

Apesar da evolução, a definição da taxa de juros atuariais não está completamente relacionada ao mercado. Dessa forma, haverá distorção entre o valor presente dos ativos financeiros e o valor presente dos benefícios definidos, mesmo em casos de um casamento perfeito de fluxos. Isto pode implicar em déficits ou superávits artificiais.

Este é o ponto crucial da possibilidade de se marcar na curva em um passivo de benefício definido no Brasil. No entanto, seu maior risco é a alta chance da distribuição equivocada da riqueza gerada. O patrimônio, tanto do ponto de vista individual (saldos de contas individualizadas) quanto do coletivo (provisões matemáticas e fundos atuariais) concorrem no mesmo grau para todos os investimentos.

Nas alocações de ativos financeiros, qualquer apropriação de rentabilidade que não corresponda ao valor de mercado resultará em distorções: uns ganham, outros perdem. Não há como escapar dessa armadilha, pois a dinâmica dos planos implica em saídas e entradas de recursos para participantes distintos.

Algumas entidades e especialistas têm argumentado que, dada a volatilidade, a marcação a mercado pode afetar negativamente a rentabilidade, gerando desconforto dos participantes, mesmo em uma carteira de investimentos totalmente voltada para renda fixa.

Para evitar essa situação, os dirigentes poderiam ser direcionados a aplicarem recursos em ativos de curto prazo, indo na contramão dos objetivos de um plano de aposentadoria. Então seria mais “conveniente” aplicar em ativos de longo prazo e marcar na curva, evitando-se dissabores.

Tais argumentos não se sustentam. O direcionamento está para o que é mais fácil e não o mais correto, e mascara-se o real problema que é uma questão de educação financeira. Não adianta a entidade ter todo um esforço para que o participante consiga assimilar os riscos de investimentos e suas consequências e, por outro lado, adotar práticas de administração contrárias e que podem trazer prejuízo.

Por todos esses motivos, a marcação na curva só faz sentido para benefícios definidos em ambiente regulatório em que não há uma direta convergência na definição (mercado) das taxas de desconto dos fluxos financeiros e dos benefícios. Se, no Brasil, o órgão regulador vier a alterar a definição da taxa de juros atuariais para a mercado, a prática de marcação na curva deveria ser eliminada.

Quanto aos planos de contribuição definida, não faz o menor sentido a adoção de marcação na curva, pois traz distorções e distribuição equivocada da riqueza. A vantagem da marcação a mercado é evitar a transferência de riqueza entre participantes.

China busca reduzir distância com os EUA na área de tecnologia

Valor Econômico - 16/04/2018

O crescente investimento chinês em pesquisa e na expansão de seu sistema de educação superior significa que está diminuindo rapidamente a distância em relação aos EUA no campo de propriedade intelectual (PI) e na disputa pela primazia mundial em tecnologia, de acordo com especialistas.

Embora a ameaça de tarifas punitivas pelo presidente americano, Donald Trump, contra exportações de alta tecnologia dos EUA possa frear o ímpeto de Pequim, isso não vai reverter a tendência, segundo os especialistas.

As previsões sobre quanto tempo levará para Pequim eliminar a defasagem tecnológica variam - mas vários especialistas afirmam que isso poderá acontecer na próxima década. E a China já está na dianteira em algumas áreas.

"Com o número de cientistas que a China está formando anualmente, [os chineses] acabarão alcançando [os americanos], independentemente do que os EUA fizerem", disse David Shen, diretor de PI da Allen & Overy.

Advogados especializados em PI veem a promessa do presidente chinês Xi Jinping - manifesta no início desta semana, de proteger os direitos estrangeiros de PI - como uma projeção da confiança na posição da China como líder inovadora em setores como telecomunicações e pagamentos online, bem em como sua capacidade de eliminar o atraso em outras áreas.

Em 2017, a China passou à frente do Japão, assumindo o posto de segundo país do mundo com maior número de pedidos de patentes, um crescimento anual de 13,4%, segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Se mantido o ritmo, os chineses passarão à frente dos EUA em pouco mais de um ano, um forte indício de suas ambições.

Esse progresso foi construído sobre bases que provavelmente se fortalecerão ainda mais.

A China hoje gasta 2,1% de seu PIB em pesquisa e desenvolvimento (P&D), ainda não alcançando os 2,75% gastos pelos EUA, mas é um aumento notável, em comparação com apenas 0,7% nos anos 90 e aproximando-se da média de 2,35% entre os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Mas números de patentes não contam toda a história. Há um déficit percebido de qualidade, o que sugere que a China levará mais tempo para recuperar o atraso.

Em 2016, a China produziu quase 500.000 artigos científicos, segundo a Elsevier, empresa de análise de informações, ocupando o segundo lugar em todo o mundo e aproximando-se dos 600.000 dos EUA. A distância caiu para a metade em cinco anos. No entanto, em média, um artigo chinês é alvo de 0,93 citação, contra 1,23 no caso de documentos americanos. Citações são uma indicação de quão valioso o trabalho de um pesquisador é considerado por seus colegas.

"[Os chineses] são muito bem-sucedidos no que estão fazendo em algumas grandes empresas, mas se você olhar além delas, eles não são particularmente inovadores", diz Kennedy. "Mas não acho que isso vá durar muito tempo."

Inflação pode dificultar reforma trabalhista de Macri **Valor Econômico - 16/04/2018**

A inflação na Argentina dá sinais de que ficará acima do previsto pelos economistas meses atrás. Isso deverá dificultar a aprovação da reforma trabalhista, prioridade da agenda legislativa do governo de Mauricio Macri neste ano.

No fim do ano passado, o governo anunciou que a meta da inflação para 2018 seria de 15%. À época, economistas privados já duvidavam dessa meta e esperavam alta de preços em torno de 17%. Mas mesmo essa projeção já foi superada, passando agora para 21%.

Fausto Spotorno, da consultoria Orlando J. Ferreres & Associados, diz que as novas projeções se devem menos aos reajustes de tarifas de serviços, como gás e transporte, e mais ao "relaxamento da política monetária". "Em janeiro, o banco central e o governo decidiram baixar a taxa de juros de 28,75% para 27,25%, e isso levou a inflação a subir mais que o esperado nos três primeiros meses do ano." O índice de preços ao consumidor de março foi de 2,3%. O acumulado em 12 meses está em 25,4%.

Uma inflação bem acima do esperado significa que o governo terá dificuldade para negociar reajustes salariais no segundo semestre. Muitos sindicatos aceitaram a proposta de 15% no mês passado, mas querem nova negociação no segundo semestre.

"Embora vários líderes sindicais tenham se curvado à proposta do governo, há pressão muito forte das bases por uma posição mais aguerrida nas negociações futuras", diz Thomaz Favaro, da Control Risks. "Os líderes sindicais certamente não farão campanha pela reforma trabalhista, mas podem não se opor a ela. Um reajuste abaixo da inflação não contribuirá para o humor em apoios futuros."

Importantes sindicalistas, como Hugo Moyano, líder da Confederação Geral do Trabalho (CGT) disseram que continuarão organizando protestos para pressionar o governo por maiores salários.

A reforma trabalhista é prioridade da pauta legislativa do governo neste ano, depois da aprovação das reformas tributária e da previdência, em dezembro. O projeto está orientado para diminuir encargos trabalhistas, reclamação recorrente de empresas que operam na Argentina.

Ramiro Castiñera, da consultoria Econométrica, lembra que a Argentina tem a segunda carga tributária mais elevada da América Latina (30,3%), só atrás do Brasil. "Empresas que querem operar totalmente na legalidade chegam a pagar 50% em encargos", diz. Hoje, em média, cada 100 pesos de salário de um trabalhador formal na Argentina custam ao empregador 150 pesos. Essa diferença de 50 pesos se deve a encargos trabalhistas sobre a folha de pagamento.

A reforma dá ainda um ano para as empresas formalizarem todas as contratações, em troca de anistia de multas para empregadores que operam na informalidade. Hoje existem 4,5 milhões de trabalhadores não registrados no país.

Além disso, busca reduzir riscos associados à contratação de funcionários. Hoje um empregado tem até dois anos depois de deixar a empresa onde trabalha para processá-la. Macri quer reduzir esse tempo para um ano.

Diferentemente da reforma trabalhista brasileira, no entanto, na Argentina as negociações tripartites continuarão. "Não vejo uma nova lei trabalhista como a aprovada no Brasil", diz Julio Burman, da Universidade de Belgrano. "Modificar pontos como negociações coletivas ou contribuição sindical é mais improvável aqui, onde os sindicatos e o peronismo no Congresso são suficientemente fortes para bloquear."

Macri esperava votar a reforma trabalhista no primeiro trimestre, mas a pressão de sindicalistas e a falta de consenso na bancada governista e no Partido Justicialista (peronista, de oposição) levaram o governo a fatiá-la. As principais medidas serão divididas em dois ou três projetos de lei, a serem enviados ao Congresso nos próximos meses. O governo tentará aprovar os principais pontos em junho.

Para Macri, quanto antes a reforma for aprovada, melhor. O próximo ano será de eleições presidenciais, nas quais Macri provavelmente buscará se reeleger e deverá evitar medidas de alto custo político. A aprovação da reforma da

previdência, em meio a intensos protestos em dezembro, fez a aprovação ao seu governo cair de 58% para 45%.